

Uma fé conquistadora

Doutrinas fundamentais
para a reforma cristã

William O. Einwechter

© 2002, de William O. Einwechter

Título do original: *A Conquering Faith: Doctrinal Foundations for Christian Reformation*

Edição publicada pela

Chalcedon Foundation

(Vallecito, CA, EUA)



Todos os direitos em língua portuguesa reservados por

EDITORA MONERGISMO

Caixa Postal 2416

Brasília, DF, Brasil - CEP 70.842-970

Telefone: (61) 8116-7481 - Sítio: www.editoramonergismo.com.br

1ª edição, 2009

1000 exemplares

Tradução: Felipe Sabino de Araújo Neto

Revisão: Wendell Lessa V. Xavier

Capa: Raniere Maciel Menezes



PROIBIDA A REPRODUÇÃO POR QUAISQUER MEIOS,
SALVO EM BREVES CITAÇÕES, COM INDICAÇÃO DA FONTE.

Todas as citações bíblicas foram extraídas da
versão Almeida Corrigida e Fiel,
salvo indicação em contrário.

SUMÁRIO

Prefácio à edição brasileira	5
Prefácio do autor	6
Capítulo um: A soberania de Deus	8
Definição de soberania	8
O significado da soberania de Deus	8
A base da soberania de Deus	10
A aplicação da soberania de Deus.....	11
Conclusão	12
Capítulo dois: O senhorio de Cristo no Evangelho	14
O senhorio de Cristo na salvação	14
O senhorio de Cristo na pregação.....	17
Capítulo três: A autoridade da Lei de Deus	19
A natureza da Lei de Deus.....	19
A revelação da Lei de Deus	20
A continuidade da Lei de Deus.....	21
O escopo abrangente da Lei de Deus.....	22
O uso apropriado da Lei de Deus	22
A classificação da Lei de Deus	23
A interpretação da Lei de Deus	24
O desafio para a Lei de Deus.....	24
Capítulo quatro: Como sabemos que deus é real e a Bíblia, verdadeira?	26
Autoridade	27
Autenticação	28
Aceitação.....	28
Apologética	30
Capítulo quinto: A terra é do Senhor	32
O homem, a imagem de Deus, e o domínio.....	32
A ordem de tomar domínio.....	33
A corrupção do domínio	34
A restauração do domínio.....	35
Os meios do domínio	36
Conclusão	37
Capítulo seis: O triunfo da Igreja	38

Predições de triunfo do Antigo Testamento	39
Predições de triunfo do Novo Testamento	42
Conclusão	44
Sobre o autor	45

PREFÁCIO À EDIÇÃO BRASILEIRA

Um dos problemas das igrejas de hoje é a deserção doutrinária. Aliás, muitos têm aversão à palavra *doutrina*. Tais pessoas insistem em afirmar que a vida, a prática, o relacionamento, etc, são mais importantes que a doutrina, algo supostamente sem vida e estéril. Todavia, isso é uma falácia, pois das minhas convicções doutrinárias procedem minha conduta e o meu relacionamento com Deus e com os meus semelhantes. Por exemplo, a minha doutrina sobre Deus ditará se eu me dirigirei a ele como um *office boy* ao meu dispor (como fazem os neopentecostais), ou como o grande e altíssimo Deus, que nada deve aos homens.

Muitos gostam de aclamar, corretamente, a grandiosidade e importância do movimento da Reforma, esquecendo-se de que ele foi, em primeiro lugar, um retorno à doutrina, à sã doutrina.

Ironicamente, as mesmas pessoas que depreciam a doutrina, abraçam crenças (sim, *doutrinas*) errôneas sobre diversas coisas. Não poderia ser diferente, pois doutrina é um conceito *inescapável*. Todos nós, sem exceção, abrigamos opiniões (conscientemente ou não) sobre tudo o que diz respeito à nossa realidade. Assim, querendo ou não, temos uma “doutrina” sobre Deus, Cristo, Bíblia, salvação, pecado, família, trabalho, Estado, etc, mesmo que não esteja claramente formulada ou transcrita num papel. Dessa forma, a opção, diante de nós, não é “doutrina ou algo mais?”, mas “qual doutrina?”. Infelizmente, as igrejas brasileiras têm abraçado uma doutrina humanista e, portanto, antibíblica, e não a doutrina ensinada por Cristo e os seus apóstolos.

Neste opúsculo, o autor aborda seis áreas vitais da doutrina da igreja: a soberania de Deus, o senhorio de Cristo, a lei de Deus, a autoridade da Escritura, o mandato de domínio e a vitória de Cristo e sua igreja na História. Portanto, este livreto, de fácil leitura, é um antídoto bem-vindo contra a teologia humanista e a antiteologia (antidoutrina) que reina em nossos dias.

— Felipe Sabino de Araújo Neto
29 de janeiro de 2009

PREFÁCIO DO AUTOR

A palavra “reforma” trata de mudança, uma mudança para melhor. Quando um homem, uma instituição ou um sistema tem defeitos ou falhas, ou é atormentado por abusos e comportamentos impróprios, dizemos que há necessidade de reforma. A reforma acontece quando políticas, procedimentos e práticas melhores substituem aquelas que têm falhado. Mas o ponto de partida da reforma é sempre uma mudança no pensamento. Os homens agem de acordo com suas pressuposições e ideias. Biblicamente falando, a reforma sempre começa quando homens retornam às verdades reveladas na Sagrada Escritura. Ou, para declarar de uma forma diferente, a reforma começa com um retorno à sã doutrina. Isso é ilustrado tanto na Escritura como na História. A grande reforma nos dias de Josias começou quando “o livro da lei do SENHOR, dada pela mão de Moisés” foi encontrado no Templo. À medida que a lei foi lida para eles, o rei e o povo ouviram a verdade da Palavra de Deus e começaram a agir de acordo com o seu ensino (cf. 2Cr 34.14 – 35.27). Nos dias de Martinho Lutero, as grandes doutrinas *sola scriptura*, *sola fide* e *sola gratia* foram redescobertas na Bíblia e a imensa Reforma Protestante foi iniciada. Então, Deus deu mestres à sua igreja que, sob a direção do Espírito Santo e da Palavra, deram à igreja uma base teológica saudável para avançar e transformar o mundo ocidental, trazendo salvação, liberdade e prosperidade a homens e nações.

Mas um sério afastamento da sã doutrina tem acontecido em nossos dias. Os tristes resultados dessa deserção estão ao nosso redor. A força e o vigor dos cristãos e da igreja demonstrados durante a Reforma e os anos que se seguiram se têm dissipado grandemente. O motivo é que a teologia robusta e teocêntrica da Reforma tem sido ignorada, esquecida e substituída por uma teologia fraca e antropocêntrica. A pregação e o ensino em muitas igrejas e na perspectiva da literatura cristã popular dos nossos dias veem Deus como medíocre, alguém que existe para fazer os homens felizes, satisfazer suas necessidades e afirmar suas escolhas. Esse tipo de teologia tem se infiltrado, num grau alarmante, mesmo em nossas igrejas evangélicas e reformadas.

Esta monografia trata da deserção doutrinária de hoje fornecendo aos cristãos um tratamento introdutório de seis áreas vitais da doutrina cristã. O ensino bíblico com respeito à soberania de Deus, o senhorio de Cristo no evangelho, a autoridade da lei de Deus, e as verdades autoautenticadoras da existência de Deus e da inspiração e autoridade da Escritura, o mandato de domínio, e o triunfo de Cristo e sua igreja na História são antídotos necessários contra a teologia antropocêntrica que pragueja a igreja no começo do século XXI. Se Deus é soberano, então o homem não o é. Se o evangelho é definido pelo senhorio de Cristo, então ele não é definido pelo homem ou

suas escolhas. Se a lei de Deus estabelece o que é certo e errado, então a razão ou os sentimentos do homem não o fazem. Se a existência de Deus e a autoridade da sua Palavra são verdades autoautenticadoras, então sabemos que não há neutralidade no campo da epistemologia, e que os homens devem ser tratados como rebeldes que precisam de uma conversão radical, e não apenas como homens desinformados que simplesmente precisam de mais conhecimento. Se a terra é do Senhor, então o dever do homem não é servir a si mesmo, mas trazer cada aspecto de sua vida em conformidade à vontade e propósito de Deus. Se a Escritura revela o triunfo de Cristo e sua igreja na História, então o futuro deve ser entendido em termos do reinado mediatório e do plano teocrático de Cristo, não em termos de visões utópicas ou pessimistas do homem sobre o futuro.

A reforma começa com uma mudança no modo como os homens pensam. Uma reforma cristocêntrica começa quando a teologia defeituosa da igreja é substituída por uma sã doutrina derivada da Escritura do Antigo e Novo Testamento. Espero que esse estudo introdutório ajude a mudar o modo como pensamos, e forneça aos cristãos e à igreja alguns dos fundamentos doutrinários necessários para efetuar uma reforma cristã de todos os aspectos e áreas da vida, para a glória do nosso Deus e Rei.

CAPÍTULO UM: A SOBERANIA DE DEUS

Ainda que muitos reconheçam a soberania de Deus (apesar de alguns admitirem com relutantemente), poucos têm uma compreensão sólida do significado dela. Isso não é surpresa, considerando o estado lamentável do conhecimento teológico na igreja, que, por sua vez, deve-se à ausência de estudo e reflexão teológica. Muitos sermões e escritos são dedicados ao amor de Deus, à imanência de Deus, etc, embora assuntos como a soberania de Deus sejam, dolorosamente, negligenciados. Todavia, há maior desequilíbrio e prejuízo quando se considera o fato que a soberania de Deus é uma das doutrinas mais proeminentes da Escritura, e uma das mais importantes para o entendimento da natureza da relação de Deus com a sua criação.

Definição de soberania

Nossa palavra portuguesa “soberania” é usada tanto como adjetivo quanto como substantivo. Como adjetivo, ela descreve alguma pessoa ou coisa que está acima ou é superior a todos os outros, fazendo essa pessoa ou coisa suprema em posição, poder ou autoridade. Como substantivo, ela se refere a uma pessoa ou grupo (p.ex.: um Estado) que possui a autoridade suprema para dirigir ou governar outros; por conseguinte, um monarca, rei, ou governador. Consequentemente, a ideia transmitida pelo substantivo “soberania” é aquela de *status* ou qualidade de ser um soberano, isto é, alguém que tem governo e domínio sobre outros, em razão de sua posição de ter autoridade suprema. As palavras “soberano” ou “soberania” não aparecem na *Authorized Version* (KJV), mas termos sinônimos sim. Palavras tais como “autoridade”, “poder”, “domínio” e “governo” traduzem termos hebraicos e gregos que expressam a noção de soberania. Por exemplo, a raiz hebraica *mlk* expressa a ideia de reinar como rei (como um *soberano*), e os conceitos relacionados de domínio, governo, reino e reinado. Outra raiz hebraica, *mshl*, transmite o sentido de governo, senhorio e domínio. No Novo Testamento, a palavra grega *exousia* se refere à autoridade, poder e jurisdição em relação ao governo de outros, bem como ao poder de fazer o que desejar e a capacidade e força de executar os seus planos e propósitos. A ideia de soberania é encontrada nesses e em outros termos bíblicos, e permeia as Escrituras.

O significado da soberania de Deus

Quando os cristãos falam da soberania de Deus, eles querem dizer seu direito absoluto de domínio sobre toda a sua criação; que ele é o Monarca supremo do céu e da terra, pois como Deus e Criador Todo-poderoso ele é infinitamente exaltado em posição, poder e autoridade sobre *todos*. Soberania fala do reinado divino pelo qual Deus exerce seu poder irrestrito para governar todas as suas criaturas exatamente como lhe parecer apropriado para os fins que ele somente determina. Arthur W. Pink expressa o significado da soberania divina em termos magnificentes:

Soberania de Deus! Que queremos dizer com essa expressão? Queremos afirmar a supremacia de Deus, a realeza de Deus e a divindade de Deus. Dizer que Deus é soberano é declarar que Deus é Deus. Dizer que Deus é soberano é declarar que ele é o altíssimo, o qual tudo faz segundo sua vontade no exército dos céus e entre os moradores da terra: “Não há quem lhe possa deter a mão, nem lhe dizer: Que fazes?” (Dn 4.35). Dizer que Deus é soberano é declarar que ele é onipotente, possuidor de todo o poder nos céus e na terra, de tal maneira que ninguém pode impedir os seus conselhos, contrariar os seus propósitos ou resistir à sua vontade (Sl 115.3). Dizer que Deus é soberano é declarar que ele “governa as nações” (Sl 22.28), estabelecendo reinos, derrubando impérios e determinando o curso das dinastias, segundo o seu agrado. Dizer que Deus é soberano é declarar que ele é o “único Soberano, o Rei dos reis e Senhor dos senhores” (1Tm 6.15). Tal é o Deus da Bíblia.¹

A soberania de Deus na Escritura é absoluta, irresistível, infinita. Quando dizemos que Deus é soberano, asseveramos o seu direito de governar o universo, criado para a sua própria glória, exatamente como lhe aprouver. Afirmamos que o *direito de Deus* é semelhante ao direito do oleiro sobre o barro, ou seja, moldá-lo em qualquer forma que deseje... Afirmamos que Deus não está sujeito a nenhuma regra ou lei fora de sua própria vontade e natureza e que *ele é a sua própria lei*, não tendo qualquer obrigação de prestar contas dos seus atos a quem quer que seja.²

A soberania de Deus, declarado de forma simples, é o seu direito de agir de acordo com sua vontade, seu poder para cumprir sua vontade, e sua autoridade de governar sua criação como sua vontade determina.

¹ A. W. Pink, *The Sovereignty of God* (Edimburgo, [1928] 1961), pág. 20.

² *Ibid.*, pág. 22.

A base da soberania de Deus

A base para a doutrina da soberania de Deus é tanto teológica quanto textual. *Primeiro*, a soberania de Deus é deduzida de seus atributos. A Escritura ensina que Deus é independente (autossuficiente e autocontido), significando que ele é o fundamento do seu próprio ser, não precisando de ninguém nem nada para causá-lo, sustentá-lo, completá-lo ou ajudá-lo. Ele é independente com respeito à sua vontade e poder, exercendo ambos sem auxílio ou direção de outrem. Nisto, Deus é completamente separado de todas as suas criaturas, pois elas são, por natureza, em última instância dependentes dele para todas as coisas. O contraste entre Deus, o autossuficiente, e suas criaturas, as todo dependentes, estabelece-o como o altíssimo Senhor e supremo Governador. Não pode haver nenhum critério acima ou além de Deus, que possa definir ou determiná-lo; nenhum poder que possa controlar ou limitá-lo; nenhum tribunal que possa se reunir para julgá-lo; nenhuma lei fora de sua própria natureza santa que possa dirigir ou obrigá-lo. Deus é também infinito em seu ser – infinito em poder, conhecimento, sabedoria e santidade. Essas perfeições de sua natureza estabelecem seu direito à supremacia no governo daqueles que são finitos em todos os aspectos. Como Charnock explica: “Deus, portanto, sendo um oceano incompreensível de toda perfeição, e possuindo infinitamente todas aquelas virtudes que podem justificar a reivindicação ao domínio, tem o primeiro fundamento dele em sua própria natureza”.³

Segundo, a soberania de Deus é manifesta na doutrina do decreto divino. A palavra “decreto” expressa o ensino bíblico que Deus determinou pelo conselho de sua própria vontade um plano que abrange toda a sua criação, tanto animada como inanimada. De acordo com a Escritura, o decreto de Deus governa todas as coisas e é simples, eterno, imutável, incondicional, sábio e todo inclusivo. Somente alguém possuindo soberania total poderia ordenar e trazer à existência todos os eventos, criaturas, destinos, etc. Mas não poderia haver nenhum decreto como tal, se existissem vontades, direitos, poderes e domínios rivais no céu e na terra. Se o Deus Todo-poderoso e sua vontade não são supremos, então ele não é Todo-poderoso e, nesse caso, nem é Deus (talvez um *deus*, mas não *Deus*).

Terceiro, as obras de Deus determinam sua soberania. Deus cumpre seu decreto pelas obras da criação e providência. Pela criação, o Senhor estabelece sua posse de todas as coisas e seu direito de governar todas as coisas, isto é, seu domínio sobre tudo. “A soberania de Deus surge naturalmente da relação de todas as coisas para com ele como o seu Criador total, e a dependência natural e inseparável delas

³ Stephen Charnock, *Discourses on the Existence and Attributes of God* (Grand Rapids, [1853] 1979, pág. 2:367).

para com ele com respeito à existência e felicidade delas.”⁴ A doutrina da providência ensina que Deus está exercendo ativamente sua autoridade e poder na criação, e isso assegura que o plano de Deus acontecerá no tempo e na História. A providência divina confere tanto a preservação da criação como o governo da criação. Não somente todas as coisas são dependentes de Deus para a sua existência; elas são também dependentes dele para sua preservação contínua. Além do mais, a Escritura diz que Deus é o Rei de toda a terra, governando em todas as questões dos homens, para que seu conselho venha a se realizar. Visto que ele é o Criador e o Rei dos reis e Senhor dos senhores, o Soberano supremo dos céus e da terra, todos devem se curvar humildemente à sua autoridade.

Os textos da Escritura que ensinam a doutrina da soberania de Deus são numerosos para listar aqui. Espero que a compilação abaixo seja suficiente para revelar a extensão do testemunho bíblico a essa grande verdade:

Vontade Soberana: ... daquele que faz todas as coisas, segundo o conselho da sua vontade (Ef 1.11; cf. Sl 33.10, 11; 115.3; Is 14.24-27; 46.10, 11; 55.11; Dn 4.35; Rm 9.11-19; 11.33-36; Ef 1.4, 5; 3.10, 11; 2Tm 1.9; Hb 6.17).

Poder Soberano: Eis que eu sou o SENHOR, o Deus de toda a carne; acaso haveria alguma coisa demasiado difícil para mim? (Jr 32.27; cf. Jr 32.17-19; 27.5; Gn 17.1; Jó 40.1; 42.2; Sl 89.8-13. 135.6; Is 40.12-26; Lc 1.37. Rm 1.20; 9.19; Ap 1.8; 4.8).

Autoridade Soberana: Porque o SENHOR Altíssimo é tremendo, e Rei grande sobre toda a terra (Sl 47.2, 7, 8; cf. Sl 2.4-11; 93.1, 2; 103.18; Dn 4.25, 26, 34, 35, 37; 7.13, 14; Rm 9.20, 21; 13.1; Ef 1.20, 21; Mt 28.19; 1Tm 6.15; Ap. 1.6; 17.14).

A aplicação da soberania de Deus

A doutrina da soberania de Deus se aplica a toda criatura e a cada esfera da vida, pois essa doutrina revela a relação de Deus para com toda a sua criação: sua vontade a determina, seu poder a cria e sustenta, e sua autoridade a governa. Tudo o que Deus é e tudo o que ele faz está dentro do contexto de sua completa soberania. As seguintes aplicações são representativas.

Primeiro, a soberania de Deus dirige todas as suas obras. As obras da criação, providência e redenção são executadas independentemente do conselho, vontade ou poder de qualquer uma das suas criaturas. O universo existe do modo como existe,

⁴ *Ibid.*, pág. 2:369.

unicamente porque Deus assim o desejou. A história do mundo tem revelado e continuará a se desvelar em conformidade exata com o plano de Deus, pois ele está presente para governar todos os eventos e ações de todas as suas criaturas. A obra da redenção é baseada unicamente na vontade e no poder de Deus. Ele, sozinho, determinou o plano de salvação; ele, sozinho, o realizou em Cristo; e ele, sozinho, determinou a quem se aplicaria e sobre quais termos. Deus não consultou os homens nessa questão nem abriu mão de qualquer aspecto da sua soberania para a consumação da redenção. A concretização da salvação do homem demonstra o poder soberano, o amor a sabedoria, misericórdia e graça de Deus.

Segundo, a soberania de Deus significa que sua lei revelada é o padrão de ética para todos os homens em todas as áreas. A lei moral de Deus é baseada na sua própria natureza perfeita e é a regra de conduta obrigatória para aqueles que ele fez à sua imagem e para a sua glória. Como a lei é a vontade de um soberano para os seus súditos, assim a lei bíblica é a vontade do Soberano do céu e da terra para os seus súditos – toda a humanidade. E visto que a soberania de Deus é abrangente (ele governa sobre tudo), assim sua lei é abrangente também em alcance, governando todas as áreas, ações e associações.

Terceiro, a soberania de Deus indica que toda a autoridade humana é derivada. Os homens podem ter uma medida de autoridade para governar os outros apenas se primeiro Deus lhes conceder. Não há *exousia* (autoridade, poder) senão a de Deus! A concessão de autoridade aos homens não equivale à rendição de sequer o mínimo elemento da soberania divina. A delegação de autoridade é para que os homens possam servir como ministros da autoridade de Deus, por causa de sua glória e reino e para o bem daqueles que ele criou. Dessa forma, aqueles que governam sobre os homens em qualquer esfera (família, igreja ou Estado) estão debaixo da lei de Deus e são completamente responsáveis diante dele no uso de sua autoridade. Os homens não estão obrigados a obedecer aos mandamentos injustos (isto é, aqueles mandamentos que ordenam o que Deus proíbe ou que proíbe o que Deus ordena) dos subordinados de Deus, para que não sejam culpados de desobedecer ao seu Soberano supremo.

Conclusão

A doutrina da soberania de Deus revela a glória, o poder e domínio de Deus, e deveria fazer todas as suas criaturas se curvarem a ele em humilde adoração e andar diante dele em completa submissão. R. J. Rushdoony declara, com beleza, a implicação prática da soberania de Deus:

O que significa, então, como um cristão, crer na soberania, providência e no governo? Significa que minha vida e ser estão sob a soberania e o governo da todo-sábia e santíssima Trindade, cuja ordenação, preservação e governo de todas as coisas são para o seu propósito e glória, e minha única alegria e propósito é reconhecer essa providência soberana e governadora, e descansar em sua suficiência. Significa que, em cada área da vida, devo reconhecer e estabelecer o governo, a lei e a autoridade somente em termos de sua lei-palavra e em fidelidade ao seu reinado. Significa que, em cada área da vida e pensamento, devo afirmar os direitos régios de Cristo o Rei e levar todas as coisas cativas a ele.⁵

⁵ Rousas John Rushdoony, *Systematic Theology* (Vallecito, 1994), pág. 211. A citação é um tributo justo à vida e obra do Rev. Rushdoony. Ele, talvez mais que ninguém em nossa geração, apontou a usurpação da soberania divina pelo homem autônomo. Ele ensinou que nenhum homem ou instituição é soberano, e que somente a lei de Deus pode servir como um padrão para todas as áreas da vida.

CAPÍTULO DOIS: O SENHORIO DE CRISTO NO EVANGELHO

Soteriologia é aquela divisão da teologia sistemática que cobre o ensino bíblico referente à salvação dos homens do seu pecado e da ira de Deus. O cerne da soteriologia é o evangelho de Jesus Cristo. O evangelho é a mensagem da morte, sepultamento e ressurreição de Jesus Cristo (1Co 15.3, 4), e é sobre a base da fé no evangelho que um pecador é salvo da ira de Deus. E como o evangelho é o cerne da soteriologia, Cristo é o cerne do evangelho. O evangelho é sobre a pessoa e a obra de Cristo para salvar o seu povo dos seus pecados – foi sua morte substitutiva e ressurreição que trouxeram redenção eterna para eles. Ora, como Cristo é o Senhor de todas as coisas no céu e na terra, e como ele é a figura central no plano de Deus da redenção, é obrigatório para nós, se tivermos de adquirir um entendimento apropriado da doutrina bíblica de soteriologia, abordarmos-la a partir da perspectiva do senhorio¹ de Jesus Cristo.

O senhorio de Cristo na salvação

Se os homens não de ser salvos do seu pecado, isso pode acontecer somente em e por meio do Senhor Jesus Cristo. A razão para isso é que os homens não estão na condição de se salvarem. A Escritura pinta um retrato obscuro da situação do homem caído. O homem nasce em pecado (Sl 51.5; Rm 5.12), e cada aspecto do seu ser foi corrompido pelo pecado, deixando-o sem esperança para a sua própria salvação. Sua mente está em inimizade contra Deus (Cl 1.21; Rm 8.7), e não pode entender ou receber as coisas de Deus (1Co 2.14; Rm 3.11). Seu coração é enganoso e desesperadamente perverso (Jr 17.9; Gn 6.5). Sua vontade é fazer o mal, sendo controlada pelos prazeres da carne e por uma mente réproba (Ef 2.2, 3; Rm 1.28), fazendo dele um escravo do pecado (Jo 8.34). Ele não tem temor de Deus, não deseja buscar a Deus, e nem tem fé em Deus (Rm 3.11-18). O conhecimento que tem de Deus, ele o está suprimindo ativamente (Rm 1.18-32). O desespero do estado do homem é evidente no fato de ele considerar o evangelho, sua única esperança de salvação, loucura (1Co 1.18). Resumindo, a Bíblia declara que os incrédulos estão mortos em delitos e pecados (Ef 2.1) e sob condenação (Rm 6.23). A salvação para os tais deve se originar na vontade de Deus e ser executada pelo poder de Deus.

¹ Ao falar de senhorio de Jesus Cristo, referimo-nos à soberania divina que ele possui em razão de ser o Filho de Deus, e em razão de sua obediência e subsequente exaltação como o Cristo quando foi coroado Senhor de todos.

Muitos erros que se referem à doutrina da salvação têm suas origens numa visão inadequada e antibíblica do *status* moral e espiritual do homem caído. Aqueles que creem que o homem está meramente doente espiritualmente também creem que a salvação dos pecadores é um empreendimento de união entre Deus e o homem. Mas aqueles que leem a Bíblia corretamente entendem que o homem está espiritualmente morto e não pode contribuir em nada para sua própria salvação; conseqüentemente, eles creem que a salvação é unicamente obra de Deus do princípio ao fim. Para entender melhor esta obra, relacionemo-la a Cristo, o Filho de Deus.

1. *Aqueles que são salvos foram dados ao Filho.* Durante seu ministério terreno, Jesus fez uma declaração impressionante com respeito à salvação dos homens. Ele disse que os únicos que criariam nele e seriam salvos seriam aqueles que lhe haviam sido dados pelo Pai (Jo 6.37-40). Ele também declarou que “ninguém pode vir a mim, se por meu Pai não lhe for concedido” (Jo 6.65; cf. 6.44). Dessa forma, antes da encarnação do Filho de Deus, o Pai tinha determinado dar certo número de seres humanos a Jesus Cristo. Aqueles que o Pai escolheu para o seu Filho também serão capacitados para vir a Cristo em fé (cf. At 13.48). Quem são esses indivíduos que foram dados a Cristo? A lógica simples e a interpretação bíblica sábia indicam que esses são aqueles chamados de “eleitos” na Escritura (p.ex.: Rm 8.33; Cl 3.12). À parte de qualquer justificativa nas ações dos homens, e sobre a base de sua vontade e misericórdia soberana (Rm 8.28-30; 9.11-22), Deus escolhe quem seria parte do corpo de Cristo comprado com sangue.

O apóstolo Paulo explica quando e sobre que base essa eleição de pecadores aconteceu: “Como também nos elegeu nele antes da fundação do mundo, para que fôssemos santos e irrepreensíveis diante dele em amor...” (Ef 1.4). O tempo da escolha divina foi antes de céus e terra serem criados, e a base da escolha divina foi a obra de Cristo. A eleição foi “nele”, isto é, a eleição não foi baseada no que os eleitos fariam, mas unicamente sobre o que Cristo faria por eles como seu cabeça e representante pactual. Ensinar que a eleição é devido a algum tipo de mérito previsto no pecador (tal como a fé do pecador) é roubar de Cristo a glória que lhe é devida, e fazer o homem e sua obra um elemento essencial (embora, talvez, não igual) na eleição.

2. *Aqueles que são salvos foram redimidos pelo Filho.* O Filho de Deus veio à terra para fazer a vontade do Pai e assegurar a redenção daqueles a quem o Pai escolheu e lhe deu (Jo 6.37-40; 17.2). Jesus disse, durante o seu ministério terreno, que ele tinha vindo para dar sua vida pelas ovelhas (aqueles escolhidos para ser parte do aprisco do povo pactual de Deus) e por ninguém mais (Jo 10.7-29). Jesus não veio tornar a salvação possível, mas obtê-la de fato para aqueles que tinham sido escolhidos nele antes da fundação do mundo (Ef 1.7). A morte de Jesus foi substitutiva, isto é, ele morreu no lugar daqueles que lhe foram dados e, por meio disso, recebeu a

penalidade da violação da lei que era devida a eles (1Co 15.53; Gl 3.13). Ao receber o julgamento deles, ele assegurou de fato a redenção (Cl 1.14), reconciliação (Cl 1.20-22), justificação (Rm 5.9) e perdão (Ef 1.7) deles. A menos que sejam universalistas,² aqueles que ensinam que Cristo morreu pelos pecados de todos os homens não entendem a natureza da expiação substitutiva, ou a eficácia do sangue de Cristo, que infalivelmente assegura a redenção de todos por quem ele foi derramado.³

3. *Aqueles que são salvos foram chamados pelo Filho.* Em Mateus 11.25-27, a soberania de Deus na salvação e o papel do Filho de Deus ao trazer os eleitos ao conhecimento da verdade são revelados por Jesus. Aqui somos informados que, de acordo com a boa vontade de Deus, a verdade tem sido ocultada de alguns e revelada a outros; e pelo fato que todas as coisas foram entregues ao Filho, é o Filho quem revela o conhecimento de Deus e sua verdade àqueles que foram selecionados para recebê-la. Durante seu ministério, vemos Jesus revelando a verdade aos seus seguidores escolhidos, enquanto ocultando-a a outros (Mt 13.11-17). No final do seu tempo sobre a terra, ele ora ao Pai e diz que tinha “manifestado o teu nome aos homens que do mundo me deste” (Jo 17.5), e que ele lhes tinha dado as palavras de Deus (Jo 17.8, 14; cf. 1Jo 5.20). Então, Jesus prometeu aos seus discípulos que, ao partir, ele enviaria o Espírito de Deus para ensinar ao seu povo a verdade (Jo 14.16, 17; 16.7-15). O Cristo exaltado é aquele que dá arrependimento e fé aos homens (At 5.31; 13.48; 16.14), e isso ele faz por meio do seu Espírito (1Co 2.11; Rm 8.11-16). A fé não é, portanto, o presente do homem para Deus, que capacita Deus a salvá-lo, mas é o dom do Filho de Deus para o seu povo (Ef 2.8), que o capacita a crer no evangelho e ser salvo pela graça somente.

4. *Aqueles que são salvos são guardados pelo Filho.* Jesus Cristo, enquanto na terra, prometeu que todos aqueles a quem o Pai lhe deu seriam guardados por ele (Jo 10.28-30); nem sequer um se perderia (Jo 6.39; 17.12). Em sua oração sacerdotal, Jesus pediu ao Pai, que sempre ouve o Filho: “guarda em teu nome aqueles que me deste” (Jo 17.11). Em sua ascensão, Jesus foi elevado à mão direita de Deus o Pai, e dali ele exercita um ministério de intercessão em favor do seu povo. O efeito deste ministério é que ele “pode também salvar perfeitamente os que por ele se chegam a Deus, vivendo sempre para interceder por eles” (Hb 7.25). Paulo vê confiantemente a ressurreição de Jesus como assegurando a salvação do povo de Deus (Rm 5.10). Portanto, ele pode triunfantemente declarar que nada pode separar os crentes do

² Os universalistas concluem, de forma lógica, que, se Cristo morreu por todos os homens, então todos os homens serão salvos.

³ Um substituto é alguém que toma o lugar de outro e realiza o dever de outro em vista da ausência ou incapacidade do homem de realizá-lo. Existe, necessariamente, uma correspondência direta entre o substituto e aquele por quem ele está substituindo. Uma expiação substitutiva significa que Cristo morreu no lugar de indivíduos particulares (que vistos como um todo são chamados de eleitos) que eram incapazes de realizar a obra de salvação, por si mesmos, e, conseqüentemente, ele, de fato, os salvou.

amor de Cristo (Rm 8.29-39), e que Cristo, sem dúvida, guardará aqueles que encomendaram a salvação das suas almas a ele (2Tm 1.12). Por conseguinte, ensinar que um homem uma vez salvo pela graça de Deus pode cair definitivamente e se perder é contrário à Escritura e nega o poder de Cristo que preserva o seu povo. O Senhor capacita todos os crentes verdadeiros a continuar na fé. Qualquer um que abandona sua fé confessada em Cristo dá, por meio disso, evidência de que nunca foi verdadeiramente convertido em primeiro lugar. As marcas verdadeiras da conversão são a fé perseverante e a vida de obediência à Palavra de Deus. Aqueles a quem o Senhor justifica, ele também santifica.

Dessa forma, vemos a soberania do Senhor Jesus Cristo na salvação do seu povo! Aqueles que foram salvos não podem reivindicar nenhum crédito, seja qual for, mas devem descansar sua salvação no fato que eles foram dados ao Filho, redimidos pelo Filho, chamados pelo Filho e guardados pelo Filho. Somente a eleição soberana, a redenção particular, a graça invencível e a preservação fiel podem explicar a salvação de homens que estavam mortos em delitos e pecados – homens com vontades escravizadas, mentes corrompidas e afeições vis.

O senhorio de Cristo na pregação

Se o evangelho revela o senhorio de Cristo, segue-se que qualquer pregação verdadeira do evangelho deve exaltar o senhorio de Cristo. A pregação que não magnifica Cristo como Senhor e chama os pecadores a reconhecer Cristo como Senhor não proclama o evangelho em sua plenitude e poder bíblico.

Quando os apóstolos pregavam o evangelho, eles não se limitavam aos fatos históricos da morte e ressurreição de Jesus (embora algo importante), mas eram diligentes em proclamar a pessoa e os atributos de Jesus. Nos sermões e discursos em Atos, os apóstolos pregaram que Jesus era o Cristo, o Filho de Deus, o Senhor assentado à mão direita de Deus, o Santo, o Príncipe da Vida, o Salvador, o Profeta, o Príncipe, o Juiz e o Rei. O nome mais proeminente dado a Cristo é que ele é o *Senhor*. Esse título resume sua soberania e glória como o vitorioso Filho de Deus que reina sobre todas as coisas no céu e na terra. Em sua pregação, os apóstolos chamavam os homens a “crer no Senhor Jesus Cristo” (At 16.31; 20.21). A fé salvadora está, necessariamente, relacionada a Cristo mesmo e com quem ele é.

Pregar que Cristo morreu pelos nossos pecados não é suficiente; pois, por que deveria sua morte nos salvar mais do que a morte de algum outro homem? É o fato que ele era o Filho de Deus sem pecado que torna sua morte eficaz. A morte de Jesus sobre a cruz não estabelece a verdade do evangelho; foi a *ressurreição* que fez isso,

porque ela revelou a pessoa de Jesus e aceitação da sua morte sacrificial por Deus. Paulo diz que Jesus foi “declarado Filho de Deus em poder... pela ressurreição dos mortos” (Rm 1.4; cf. At 13.33), e que a ressurreição foi prova de que a justificação tinha sido realizada por seu povo (Rm 4.24, 25). Pedro declara que a ressurreição capacita os homens a saber que Deus fez de Jesus “Senhor e Cristo”, e que Jesus reina agora à mão direita de Deus (At 2.30-36). Preguar a ressurreição de Cristo é pregar o senhorio de Cristo.

Pregar o senhorio de Cristo no evangelho também requer a declaração da *obra consumada* de Cristo. Os homens devem ser informados de que a obra de salvação é realizada por meio da vontade e do poder de Deus somente; que é Cristo, o Filho de Deus, quem redime o pecador por meio da sua morte vicária; e que é Cristo quem revela a verdade aos homens e lhes dá arrependimento e fé. Cristo deve ser exaltado e o pecador humilhado, de modo que ele se lance completamente à misericórdia e graça de Deus em Jesus Cristo.

Finalmente, pregar o senhorio de Cristo no evangelho requer o chamado dos homens ao *arrependimento*. A essência do pecado do homem é sua reivindicação à autonomia. O homem está em rebelião contra a autoridade de Deus. Consequentemente, o cerne do verdadeiro arrependimento é abandonar a autonomia e se submeter à autoridade de Deus sobre cada aspecto da vida do homem. Chamar os homens a crer no Senhor Jesus Cristo é chamá-los a crer que Jesus é o Senhor soberano do céu e da terra e se submeter à sua autoridade; é chamá-los ao discipulado e obediência – “um chamado do homem todo e da sua vida toda para o serviço total ao Senhor, onde quer que esteja, e seja qual for a sua vocação”.⁴

⁴ Rousas John Rushdoony, *Systematic Theology* (Vallecito, 1994), págs. 530,531.

CAPÍTULO TRÊS: A AUTORIDADE DA LEI DE DEUS

Quando falamos de autoridade, estamos nos referindo ao poder e direito de dar mandamentos e exigir obediência a esses mandamentos. Um mandamento é a imposição da vontade de uma pessoa sobre outra, ao dizer-lhe o que ela deve fazer. Como Criador, Deus tem autoridade completa sobre todas as suas criaturas. Desse modo, ele tem o poder e o direito de ordenar e exigir-lhes obediência aos seus mandamentos. A lei de Deus é a revelação da vontade de Deus para o homem, que o instrui em como viver e agir de um modo que é agradável a Deus. A lei de Deus é a revelação do imperativo divino para a conduta do homem e possui autoridade suprema.

A natureza da Lei de Deus

Qual é o caráter essencial da lei de Deus? Ela é realmente *sua* lei ou é derivada de ideias morais eternas que são supremas; leis às quais Deus mesmo deve se conformar e pelas quais ele mesmo é julgado? Em outras palavras, a lei moral é parte de um Bem que existe independentemente, que julga Deus e o homem, ou a lei moral é expressão da natureza e ser Deus?

A resposta bíblica é inequívoca. A Escritura revela que Deus é supremo. Como Criador, ele é a fonte de *todas as coisas*, tanto visíveis como invisíveis. Por conseguinte, a lei moral que apresenta o padrão para a conduta do homem é derivada do caráter moral de Deus mesmo. Deus é santo e, portanto, sua lei é santa. Quando o Senhor ordena aos homens, “sede santos, porque eu sou santo” (Lv 19.2; 1Pe 1.16), ele está mandando que eles obedeçam à sua lei. Dessa forma, a lei é uma transcrição da sua santidade. Deus fez o homem à sua imagem, e, eticamente falando, o homem manifesta a imagem de Deus quando guarda a lei de Deus (Ef 4.24; Cl 3.10). Tendo ensinado aos homens que obedeçam à lei de Deus (Mt 5.17-47), Jesus Cristo resumiu seu ensino no Sermão do Monte conclamando os homens a imitarem o caráter de Deus o Pai: “Sede vós pois perfeitos, como é perfeito o vosso Pai que está nos céus” (Mt 5.48; cf. Ef 5.1).

O termo do Antigo Testamento para “lei”, *torah*, é essencial para o entendimento de outro aspecto da natureza da lei de Deus. Quando as pessoas ouvem a palavra “lei” hoje, elas geralmente pensam nela em termos judiciais apenas. Contudo, esse não é o sentido primário de *torah*. Essa palavra hebraica denota as ideias de ensino, instrução, dar guia ou direção moral. *Torah* é o meio pelo qual Deus

ensina aos homens seus deveres e guia-os nos caminhos prazerosos da justiça. A lei de Deus não é legalismo, mas instrução no viver. A lei de Deus é a revelação da vontade de Deus, para que os homens possam glorificá-lo e viver vidas produtivas e prósperas.

A revelação da Lei de Deus

Deus torna sua lei conhecida aos homens por meio da revelação natural¹ e especial. Deus escreveu os princípios de sua lei moral no coração de todos os homens (Rm 2.14,15). Pelas capacidades divinamente concedidas de sua mente e consciência, o homem é capaz de discernir o conteúdo rudimentar dos padrões morais de Deus para ele. Isso capacita o homem a agir como um agente moral e o torna responsável diante de Deus por suas ações (Rm 1.20,32). Mas a revelação natural nunca teve a intenção de funcionar como uma revelação toda-suficiente da lei de Deus. Desde o princípio, Deus divulgou sua lei aos homens pela revelação especial, isto é, por sua Palavra (Gn 1.28,29; 2.16,17). Embora a revelação natural possa dar ao homem um senso geral de suas obrigações morais, é a Palavra de Deus que fornece os mandamentos explícitos para dirigir essa consciência moral no caminho da justiça. Isso era verdadeiro antes da Queda; e é muito mais agora, que a mente e a consciência do homem foram corrompidas pelo pecado.

Não há nenhuma contradição entre a lei de Deus como revelada na natureza e aquela que é revelada na Escritura. Mas há uma diferença vital entre esses canais de revelação quanto à sua maneira de revelação e sua especificidade de revelação, e é isso o que torna a revelação da Escritura tão superior. Como F. Turretin declara:

Os mesmos deveres (tanto para com Deus, como para com o nosso próximo) prescritos pela lei moral [lei bíblica] estão contidos também na lei natural. A diferença se refere ao modo da entrega. Na lei moral, esses deveres são clara, distinta e plenamente declarados; enquanto na lei natural eles são obscura e imperfeitamente declarados, tanto por que muitas intimações foram perdidas e apagadas pelo pecado, como também por que ela foi de modo variado corrompida pela vaidade e impiedade dos homens (Rm 1.20-22).²

Se os homens não de conhecer a lei de Deus infalivelmente, eles devem olhar para a revelação perfeita e escrita da lei de Deus na Bíblia (Sl 19.7-10).

¹ Isso é normalmente mencionado como “revelação geral”.

² Francis Turretin, *Institutes of Elentic Theology*, 3 vols., trad. George M. Giger, org. James T. Dennison, Jr. (Phillipsburg, 1994), pág. 2:6,7).

A revelação bíblica da lei moral de Deus é, portanto, de autoridade preeminente. Contudo, é importante lembrar que a revelação bíblica da lei de Deus não está limitada ao corpo da lei contida em porções da Escritura como o Decálogo, o Sermão do Monte, ou o livro de Deuteronômio, mas se estende a toda a Bíblia. Desde Gênesis a Apocalipse, nas narrativas históricas e nas epístolas, por meio das profecias, salmos e provérbios, Deus revela sua *torah*. Os Dez Mandamentos resumem a lei moral, mas o restante da Escritura desenvolve, explica, ilustra e aplica a lei moral. *Toda a Escritura é proveitosa para instrução na justiça* (2Tm 3.16,17).

A continuidade da Lei de Deus

Os padrões da lei moral de Deus variam de tempo em tempo ou de lugar para lugar? O Novo Testamento revoga os preceitos morais do Antigo Testamento e estabelece novos princípios para regulamentar a conduta do homem? A resposta a essas perguntas é não. A lei moral de Deus permanece constante desde a criação até a consumação (e eternamente), e governa todos os homens, mesmo nas partes mais remotas da terra. Como poderia ser de outra forma?

Primeiro, visto que a lei de Deus é o reflexo da natureza santa do Deus da criação, ela deve ser universal e imutável, pois Deus mesmo não pode mudar (Mt 3.6; Tg 1.17), e como Criador ele governa sobre todos os homens e nações (Sl 47.2).

Segundo, assim como há um pacto da graça (aquele revelado a Abraão e confirmado por Cristo, cf. Gl 3.7ss.), assim há um padrão pactual de moralidade. O Antigo e Novo Pacto são pactos administrativos que governam a aplicação dos termos de um pacto eterno a duas dispensações separadas. Dessa forma, as diferenças entre os pactos têm a ver com aqueles assuntos relacionados à promessa e cumprimento, tipo e antítipo, sombras e realidade, não com componentes essenciais do pacto da graça (p.ex.: salvação pela graça por meio da fé, santificação pela Palavra e Espírito). A Escritura declara especificamente que a diferença entre a administração do Antigo e Novo Pacto com respeito à lei de Deus não será o *conteúdo* da lei moral, mas o *meio* empregado por Deus para capacitar o seu povo a obedecer a ela (Jr 31.31-34).

Terceiro, Jesus e os apóstolos confirmaram a autoridade contínua da revelação do Antigo Testamento da lei de Deus para a igreja do Novo Testamento. Jesus declarou enfaticamente aos seus contemporâneos que eles não deveriam pensar que o propósito do seu ministério ou ensino era afrouxar a autoridade da lei e profetas do Antigo Testamento! Não, ele tinha vindo para confirmar e estabelecer a lei. Portanto, era o dever dos *seus discípulos* cumprir e ensinar até o menor dos mandamentos revelados pela Escritura do Antigo Testamento (Mt 5.17-19). Os apóstolos ensinaram

que há um Legislador para todos do povo de Deus, e que o Legislador é Cristo (cf. Tg 4.12; Is 33.22; Gn 49.10). A Epístola aos Hebreus mostra como houve uma mudança na lei com respeito ao sacerdócio, aos sacrifícios para o pecado e o Templo, por causa do ministério e sacrifício superior de Cristo. Mas Hebreus nunca diz, ou implica, que essa mudança na lei pôs de lado alguma lei moral do Antigo Testamento. Jesus Cristo e seus apóstolos ensinam à igreja a obediência a todo o conselho da lei-palavra de Deus (Mt 22.36-40; At 20.27; Rm 13.8-10; 1Co 7.19; 2Tm 3.16,17; Hb 8.10; Tg 2.8-12; 1Jo 5.2-3).

O escopo abrangente da Lei de Deus

Como Criador e Rei sobre toda a terra, a soberania de Deus se estende sobre toda a criação e sobre todos os aspectos da existência e obras do homem. Dessa forma, não pode haver nenhuma área da vida do homem que não seja governada pela lei de Deus. Limitar a autoridade da lei de Deus para determinar as responsabilidades éticas dos homens em qualquer ação, associação ou domínio, é negar o caráter absoluto do governo de Deus sobre os homens. E como o governo de Deus é abrangente, assim é a revelação da sua lei aos seus súditos. A lei revelada na Escritura aborda cada área da vida: ela instrui na ética pessoal; ensina o caminho da justiça para a família, igreja e Estado; dá direção com autoridade para a conduta da educação, negócios, artes e ciências. L. Berkhof declara: “A lei reivindica, e com justiça, toda a vida do homem, em todos os seus aspectos”.³

A lei de Deus é “perfeita” e capaz de guardar o homem de todos os pecados presunçosos (Sl 19.7,13), e é capaz de instruir o homem na justiça, de modo que ele será preparado para *toda* boa obra (2Tm 3.16,17). Essas coisas poderiam ser ditas apenas de uma lei abrangente que aborda, em preceito ou em princípio, cada área da vida. E é somente sobre a base de uma lei moral exaustiva que Deus poderia trazer cada pensamento, palavra e ação dos homens sob julgamento (Ec 12.13,14).

O uso apropriado da Lei de Deus

Sempre que os homens falam ou se focam sobre a lei de Deus, alguém levantará o grito de “legalismo”. Mas era Davi um legalista quando clamou “Oh! Quanto amo a tua lei!” (Sl 119.97)? Era Jesus um legalista quando ensinou os homens a guardar toda a lei de Deus, mesmo o menor de todos os mandamentos (Mt 5.19; 7.12)? Paulo era um legalista quando disse que a lei de Deus era santa, justa e boa, e que tinha prazer e

³ L. Berkhof, *Systematic Theology* (Grand Rapids, 1941), pág. 614.

servia à lei de Deus (Rm 7.12, 22, 25)? Não! O amor pela lei de Deus, o ensino da lei de Deus e o uso da lei de Deus não é legalismo. É o *uso errôneo* da lei de Deus que constitui legalismo! Legalismo é guardar a lei com o motivo errado (Mt 6.2); é ensinar a lei sem entendimento (1Tm 1.7); é adicionar tradições humanas à lei (Rm 3.20; Gl 3.10,11). Paulo declara que a lei é boa se alguém a usa legalmente, isto é, usa-a como Deus prescreveu (1Tm 1.8).

Deus ordenou o uso de sua lei na pregação do evangelho. A lei convence os homens do seu pecado, e os dirige a Cristo como seu substituto e a única esperança de salvação. A lei de Deus também serve como o padrão e guia para a santificação do crente. A lei revela os pecados do velho homem e ensina ao novo homem como andar em santidade e verdadeira justiça. Além disso, a lei de Deus deveria ser empregada na sociedade para restringir a impiedade dos homens, e serve como o padrão de justiça que ensina aos magistrados quais pecados são crimes civis e quais punições esses crimes civis merecem.

A classificação da Lei de Deus

A prática comum de expositores e teólogos tem sido dividir a lei do Antigo Testamento em três áreas: moral, cerimonial e civil. Embora seja verdade que haja uma categoria de lei bíblica que lida com questões civis, essa divisão é um fenômeno curioso. Não é verdade também que a lei bíblica fala especificamente a questões familiares que são distintas da esfera civil e eclesiástica? Por que não, então, adicionar “familiar” como uma quarta divisão da lei? É por que as leis relacionadas à família são consideradas como leis morais? Se sim, então os proponentes da tripla divisão da lei estão sugerindo que questões de crime e punição e o exercício de poder na esfera civil *não* são questões morais governadas pela lei moral?

A lei de Deus pode ser categorizada por conteúdo (pessoal, familiar, civil, eclesiástico, etc), ou pode ser classificada por função (declarativa ou restaurativa/tipológica). Com respeito à última, a lei bíblica funciona para declarar a vontade de Deus (o dever moral do homem) e apresentar os meios de restaurar pecadores ao favor com Deus e de instruí-los em sua salvação (a provisão misericordiosa de sacrifício por Deus e os sacramentos).⁴ Usando a terminologia comum, essas funções são chamadas de moral e cerimonial. Essa divisão dupla da lei é aquela que é proeminente na Escritura (cf. Sl 40.6-8; Pv 21.3; Os 6.6; Jr 7.22,23; Mt 9.13; 12.7). O que dizer, então, da divisão comumente chamada “civil”? Essas leis vêm sob a classificação de “moral”. As leis civis da Bíblia são aplicações da lei moral à esfera

⁴ Greg L. Bahnsen, *No Other Standard* (Tyler, TX, 1991), págs. 93,94.

civil. Elas funcionam como um subsistema da lei moral, do mesmo modo como as leis pertencentes à família são também um subsistema da lei moral.

A interpretação da Lei de Deus

O entendimento e a aplicação dos padrões justos da lei de Deus requerem o uso dos princípios sadios de interpretação. Primeiro, e mais fundamentalmente, é necessário reconhecer que somente Deus pode alterar, modificar ou abolir qualquer dos seus mandamentos (Dt 4.2; 12.32). Portanto, deveríamos assumir a autoridade contínua de cada e toda lei de Deus, a menos que Deus mesmo indique de outro modo uma porção subsequente da Escritura. É presunção o homem pôr de lado qualquer dos mandamentos de Deus, sem a autorização expressa do Legislador divino para assim fazer. Desse modo, as leis do Antigo Testamento deveriam ser consideradas obrigatórias hoje, se não foram revogadas ou alteradas pelas Escrituras do Novo Testamento (como, por exemplo, as leis cerimoniais – restaurativas/tipológicas – do Antigo Testamento). Esse princípio de interpretação é baseado no entendimento que a Bíblia é o seu melhor intérprete.

Segundo, cada lei deveria ser examinada de acordo com os padrões da exegese gramático-histórica. Esse método requer uma consideração cuidadosa das palavras do texto bíblico em seu contexto teológico e histórico, de modo que o significado pretendido pelo autor original possa ser verificado. Terceiro, a verdade teológica e/ou princípio moral contínuo que informa (fundamenta) o texto bíblico precisa ser discernido. Isso é essencial, pois não é necessariamente a expressão cultural ou histórica precisa da lei que é de autoridade; mas, ao contrário, é o princípio teológico ou moral contínuo que forma a base para a lei que se estende a todas as culturas e tempos.

O desafio para a Lei de Deus

O desafio para a verdade e autoridade da lei de Deus começou no Jardim do Éden, quando o homem sucumbiu à tentação de Satanás para pôr de lado o mandamento de Deus e determinar o bem e o mal por si mesmo (Gn 3.5). Essa afirmação da prerrogativa moral de decidir por si próprio o que é bom e mau é melhor descrita como “autonomia”. A palavra “autonomia” significa “lei própria”, isto é, o homem sendo uma lei para si mesmo. O homem autônomo reivindica o direito de governar a si mesmo de acordo com os padrões morais que *ele* entende ser apropriado estabelecer. Essa reivindicação rebelde é baseada na crença de que a razão independente do

homem é a autoridade final para interpretar a esfera moral da vida. Autonomia é, essencialmente, cada homem fazer o que é correto aos seus próprios olhos (Jz 17.6). A autonomia humana se expressa por meio da ética da lei natural, as falsas religiões, as tradições humanas, as vãs filosofias e o ensino enganoso do antinomismo.⁵

No final, há somente duas alternativas para determinar o bem e o mal: a lei de Deus ou o homem como uma lei para si mesmo. Qual escolha você fará? Ouça a palavra do Senhor:

De tudo o que se tem ouvido, o fim é: Teme a Deus, e guarda os seus mandamentos; porque isto é o dever de todo o homem. Porque Deus há de trazer a juízo toda a obra, e até tudo o que está encoberto, quer seja bom, quer seja mau (Ec 12.13,14).

⁵ A palavra “antinomiano” significa “contra a lei”, e se refere à doutrina traiçoeira que a graça liberta o cristão da obrigação de guardar a lei de Deus. Mas, como Rushdoony declara: “Cristianismo sem lei é uma contradição de termos: é anticristão. O propósito da graça não é pôr a lei de lado, mas cumprir a lei e capacitar o homem a guardar a lei. Se a lei era tão séria aos olhos de Deus, que exigiu a morte de Jesus Cristo, o Filho unigênito de Deus fazer expiação pelo pecado do homem, pareceria muito estranho Deus então em seguida abandonar a lei!” *The Institutes of Biblical Law* (1973), pág. 4.

CAPÍTULO QUATRO: COMO SABEMOS QUE DEUS É REAL E A BÍBLIA, VERDADEIRA?

A questão de “como sabemos?” é uma dúvida que não cruza nossas mentes com muita frequência (a menos que você seja um filósofo!); todavia, é uma questão muito importante.¹ Ao abordar a questão, é necessário entender que cada um de nós tem desenvolvido uma visão particular sobre a natureza da realidade que é baseada sobre um padrão último de interpretação. Isto é, cada pessoa interpreta (dá significado) os “fatos” do mundo por um apelo ao que ele ou ela crê ser o critério último para determinar a realidade. Esse processo de julgar fatos, acontece, pode-se dizer, automaticamente, de modo que, geralmente, não é algo do qual tenhamos consciência.

Sobre a base de um padrão, todos interpretam a informação que chega até nós individualmente e a categoriza como certa ou errada, boa ou má, verdadeira ou falsa, útil ou inútil, desejável ou indesejável, etc. Isso é o que significa quando dizemos que *interpretamos* os “fatos” da nossa experiência. A interpretação resultante dos particulares que encontramos é o que chamamos conhecimento. Nós *conhecemos* que algo é o que cremos ser, porque nosso padrão último para determinar o conhecimento nos diz que é assim. Portanto, todo o nosso conhecimento assumido é, na verdade, baseado sobre o que *pressupomos* como o árbitro final da realidade. Essa pressuposição, ou primeiro princípio, é nossa fé e comprometimento supremo; isto é, nós *cremos* que nosso padrão escolhido é o melhor e o mais confiável.² Essa pressuposição é o ponto de partida de todo nosso pensamento e a base para toda nossa pregação – de todas nossas afirmações quanto à qualidade, natureza ou atributos da coisa (fato).³ Assim, embora a maioria de nós não pense muito na questão de um padrão último de interpretação, nós temos um. E todos nós, consciente ou inconscientemente, interpretamos todos os particulares que experimentamos a partir da base de uma pressuposição que controla tudo.

¹ A questão de “como sabemos” pertence ao campo de estudo que é chamado “epistemologia”. Epistemologia se preocupa com a investigação da origem, natureza e métodos do conhecimento.

² Podemos chamar isso de uma “fé comprometida”, porque ela é algo que aceitamos sem qualquer prova além da própria pressuposição. Em outras palavras, não há nada além do nosso padrão escolhido ao que possamos apelar para estabelecê-lo. Por exemplo, se olharmos para a razão como o padrão último, fazemo-lo porque ela somente parece racional para nós. Se buscássemos prova que a razão era o padrão verdadeiro mediante um apelo à experiência sensorial, então o que teríamos feito era estabelecer a experiência como nosso padrão último, pois ela é usada como a base para a nossa pregação com respeito à razão.

³ Contudo, os homens frequentemente agem e creem de modo inconsistente com suas pressuposições básicas. Isso é devido ao fato que o homem é um ser complexo com muitos fatores influenciando sua mente e suas decisões. A despeito disso, é ainda verdade que o homem descansará ultimamente sobre o seu padrão de conhecimento escolhido para interpretar os fatos da experiência. Estar ciente da sua pressuposição e agir de acordo com ela sobre uma base consistente é ser um indivíduo “epistemologicamente autoconsciente”.

Que nossa pressuposição básica, nosso ponto de partida, é importantíssima é evidente: se ela for correta, nossa interpretação será correta; se for falsa, nossa interpretação dos fatos será defeituosa. O objetivo, portanto, é ter a pressuposição correta. Mas, qual é a pressuposição correta; qual é o padrão apropriado de interpretação; qual é a fé comprometida que nos levará ao conhecimento verdadeiro? Os homens têm respostas diferentes para essa pergunta. Por exemplo, o racionalista diz que a razão humana é o padrão. O empirista diz que é a experiência sensorial. O hedonista diz que é o prazer. O pragmático diz que é o que funciona. O irracionalista diz que não há padrão último, visto que tudo é puro acaso, pura contingência. O religioso diz que é sua religião. O cristão diz que é o Deus da Bíblia. No meio de todo esse tumulto, como o cristão *sabe* que Deus é real e a Bíblia é verdadeira, e que, portanto, todas as outras pressuposições são falsas?

Autoridade

Na busca pelo primeiro princípio correto do conhecimento, a questão da autoridade é um conceito inescapável. Quem tem autoridade para determinar a natureza da realidade? Quem tem autorização para dizer: “Este é o primeiro princípio do conhecimento”? Quando você analisa isso atentamente, há, na verdade, apenas duas fontes possíveis de autoridade, dois padrões possíveis na esfera da epistemologia: Deus ou o homem. Ou Deus é último, ou o homem é. Ou você começa com a transcendência de Deus como Criador e seu direito absoluto de determinar o significado para todos os fatos e o padrão para todas as condutas, ou você começa com o homem autônomo e seu direito categórico de definir o significado e estabelecer padrões de ação que o satisfaçam. Deus é o juiz e intérprete da realidade, ou o homem é o juiz e intérprete da realidade.

Isso leva a um segundo fator. Se o homem é a autoridade, a instrumentalidade para a interpretação é sua própria mente e intelecto – sua razão. Mas, se Deus é a autoridade, o meio para a interpretação deve ser a revelação; isto é, Deus deve fazer sua mente conhecida ao homem de uma forma inteligível e verificável, de modo que o homem possa pensar os pensamentos de Deus segundo ele e interpretar os fatos do universo de acordo com a vontade e propósito soberano de Deus. O cristão ortodoxo não está em dúvida quanto a *quem* é a autoridade e *qual* é a instrumentalidade da interpretação. O cristão crê no Deus Todo-poderoso como o Criador de todas as coisas e o Determinador Soberano de todos os fatos, e que a Bíblia é a revelação de Deus ao homem (é a *Palavra de Deus*), de modo que o homem possa entender a criação de Deus, o lugar do homem nela, e a natureza e significado das coisas.

Autenticação

O fato da existência e autoridade de Deus e o fato da Bíblia como a Palavra de Deus infalível são, pela natureza do caso, verdades “autoautenticadoras”. O que isso significa? Significa que a verdade concernente aos atributos e existência de Deus é tão grande, tão fundamental e tão certa, que ela não pode ser provada por referência a outra coisa. Se Deus é último, não há nada que possa ser empregado para verificá-lo; se houvesse, essa coisa seria mais suprema que Deus, pois ele teria que ser definido em referência a ela. Deus tem se declarado como “EU SOU o QUE SOU” (Êx 3.14). Ele é aquele que é autoexistente, autocontido, autossuficiente, autorrevelador, que é fiel ao seu pacto. Ele é o Criador soberano que faz todas as coisas, decreta todas as coisas, e define todas as coisas, mas que em si mesmo não é determinado por ninguém nem por coisa alguma. Portanto, Deus não procura provar sua existência aos homens. Sua existência é o próprio fundamento para a existência do homem e da criação. Na História e na Escritura que registra essa História, Deus se apresenta ao homem como *Deus* em todo o seu esplendor e glória, e como nada mais nada menos.

A Bíblia é também, necessariamente, autoautenticadora. Como a Palavra de Deus, ela é última em sua autoridade. Não se pode apelar à palavra (juízo) de coisa alguma para verificar sua natureza sem negar sua própria natureza. Por exemplo, se a palavra do homem é necessária para estabelecer a Bíblia como a Palavra de Deus, então a palavra do homem é a autoridade última; se se requer a experiência para estabelecê-la, então a experiência é suprema, etc. Como a Palavra do Criador, ela somente é infalível em sua interpretação do homem e da criação.

Aceitação

Se a existência de Deus e a natureza da Bíblia como a Palavra infalível de Deus são verdades autoautenticadoras, por que nem todos os homens abraçam essas verdades? A resposta é dupla.

Primeiro, o homem está em rebelião ética contra Deus. Isso significa que ele *sabe* que Deus é o seu Criador e que a Bíblia é a Palavra de Deus, mas que ele se revolta contra essas verdades. Como uma criatura, o homem sabe que Deus existe; mas, como um pecador, consumido com sua própria importância, seus próprios desejos, sua autonomia, ele odeia Deus e a intrusão que Deus representa aos seus planos. Assim, ele suprime ativamente seu conhecimento de Deus para que possa perseguir seu próprio projeto (Rm 1.18-21). O homem não perece por uma falta de conhecimento sobre Deus – o próprio ser de Deus e toda a criação testificam

claramente da glória, poder e divindade de Deus (Rm 1.19,20; Sl 19.1-6) – ele perece porque peca contra o conhecimento que tem. Essa rebelião começou no Jardim do Éden, quando Eva escolheu estabelecer a si mesma, sua própria razão, como o ponto de referência último de predicação (inicialmente, com respeito à árvore do conhecimento do bem e do mal), e, dessa forma, afirmou sua própria autonomia. Eva conhecia Deus e sua palavra interpretativa, mas não creu que Deus poderia ser último; desse modo, ela reinterpreto a natureza de Deus para satisfazer sua própria autonomia (fez de Deus um deus de sua própria imaginação, cf. Rm 1.23, 25).

Isso é o que os homens fazem hoje. Como Eva, eles estabelecem a si mesmos, ou algum outro homem, ou algum outro aspecto da criação como seu ponto de referência último para determinar o conhecimento; eles interpretam os fatos de sua experiência sobre a base de suas próprias pressuposições escolhidas. Então, se eles desejam reter o conceito de Deus (um conceito que o homem acha difícil abrir mão), eles formam um deus da sua própria preferência (ou aceitam um já formado por outros homens), que é bem diferente do Deus soberano e autocontido revelado na Escritura.⁴ Se eles desejam ter um deus, por causa de suas pressuposições, escolhido na busca deles por rebelião, eles negam a existência do Criador/Deus da Escritura.⁵

Segundo, aqueles que creem na existência de Deus e na inspiração divina e infalibilidade da Bíblia fazem assim, não por causa de alguma série de provas racionais e sensoriais, mas por causa da graça de Deus que os transformou de rebeldes em adoradores. Quando o Espírito Santo regenera um homem, a epistemologia desse homem é radicalmente transformada: ele lança fora sua própria autonomia, enterra suas falsas pressuposições e abraça Deus como ele é, e a Palavra de Deus como a única interpretação verdadeira de sua condição e solução. Isso sendo feito, esse outrora rebelde agora se submete à autoridade de Deus e coloca sua fé no evangelho. Na salvação, o homem chega a abraçar Deus e a sua Palavra como supremos. Na santificação, esse primeiro princípio, essa pressuposição absoluta se desenvolve na vida do crente à medida que ele aprende a interpretar todos os fatos e todas as áreas da vida de acordo com a Palavra de Deus.

Nós cristãos sabemos que Deus existe e que a Bíblia é verdadeira pela “operação interna do Espírito Santo, que, pela palavra e com a palavra, testifica em nossos corações”.⁶ Esse testemunho nos capacita a reorientar todo o nosso

⁴ Essa é a origem de muitas religiões do mundo (exceto, sem dúvida, o Cristianismo bíblico). Essas religiões são criações de homens (com assistência de Satanás e seus demônios) para o propósito de reter o conceito de Deus, enquanto convenientemente nega seu poder eterno e divindade.

⁵ Essa análise não pretende afirmar que todos os homens, consciente e deliberadamente, seguem esses passos. A cultura, os pecados dos pais e coisas semelhantes determinam as pressuposições rebeldes de muitos. Os homens nem sempre têm que planejar seus passos numa forma definitiva, pois outros pecadores já fizeram isso para eles; estando na mesma rebelião ética, eles seguem nas veredas dos seus predecessores.

⁶ Confissão de Fé de Westminster, I, 5.

pensamento de modo que agora, com nossas pressuposições autoimpostas e estranhas, somos capazes de ver que toda a criação proclama a glória de Deus. Aprendemos que nossa incredulidade nunca foi um problema de falta de evidência (ela é *por toda a parte*), mas devido aos olhos que tinham sido deliberadamente cegados pelas falsas pressuposições derivadas de um coração rebelde que dizia: “Eu determinarei a verdade e a falsidade, o bem e o mal, por mim mesmo”.

Apologética

Qual, então, é a natureza da apologética? “Apologética”, como uma disciplina teológica, refere-se à defesa da fé cristã contra os ataques de todas as formas de incredulidade. A apologética oferece a defesa bíblica da razão para a esperança que há em nós (1Pe 3.15). Mas, em termos do nosso encontro com um mundo incrédulo, qual é o propósito dessa defesa?

Muitos cristãos creem que o objetivo da apologética é abrir as mentes e corações para a verdade de Deus, mostrando aos incrédulos, por meio de provas racionais e argumentação lógica, que a Bíblia é confiável e que Cristo é o Salvador. Mas esse não é o propósito da apologética. O propósito da apologética, como Greg Bahnsen bem declarou, não é abrir corações, mas fechar bocas. Isto é, mostramos ao incrédulo a tolice de sua própria cosmovisão – que, ao rejeitar o Criador/Deus soberano da Bíblia, ele não tem nenhuma base para significado, racionalidade ou predição, nenhuma resposta ao problema do uno e do múltiplo, nenhuma esperança para o futuro; e que, considerando que todo pensamento incrédulo é falido, ele pode viver sua vida somente roubando da cosmovisão do cristão – então, tendo sua boca fechada, apresentamos a ele as afirmações de Cristo sem concessão. Somente Deus pode abrir o coração do homem para receber o testemunho de Cristo, e a instrumentalidade que ele escolheu para realizar isso é a sua Palavra e Espírito.

Visto que o homem é um rebelde que está deliberadamente suprimindo o conhecimento de Deus que está nele e ao redor dele, sabemos que o problema para qualquer homem particular não é uma falta de evidência de Deus. O problema do homem é o pecado. Ele tem posto a si mesmo como último. Usando a Palavra de Deus, devemos convencê-lo de seu pecado e mostrar-lhe a redenção que há em Cristo Jesus. Se o pecador levanta objeções, deveríamos responder pacientemente a essas objeções. Mas, em nossas respostas, nunca devemos dar ao incrédulo a ideia de que ele tem o direito de julgar a verdade de Deus, ou que ele é o juiz último do que a Escritura diz. Como fiéis embaixadores, nós devemos entregar a Palavra do nosso Deus soberano *como* a Palavra de um Deus que julga todos os homens e que ordena a todos os homens em todo lugar que se arrependam (cf. At 16.22-31). Devemos confiar no

Cristo autoautenticador da Escritura para realizar sua vontade soberana para a glória do seu próprio nome.

CAPÍTULO QUINTO: A TERRA É DO SENHOR

À medida que o obstinado Faraó do Egito sofria com seu povo por meio da praga terrível de trovões e saraiva, ele chamou Moisés e Arão e implorou que eles rogassem ao Senhor (Jeová) para que a praga cessasse. Moisés respondeu dizendo que ele sairia da cidade e oraria ao Senhor e “os trovões cessarão, e não haverá mais saraiva; para que saibas que a terra é do SENHOR” (Êx 9.29). O orgulhoso Faraó do Egito tinha recusado crer que todas as coisas no céu e na terra eram propriedades de Jeová e sujeitas ao seu governo; mas Faraó estava recebendo uma demonstração de primeira mão que Jeová era, de fato, o Senhor de *tudo*. Mais tarde, quando Israel estava para entrar na Terra Prometida, Moisés ensinou ao povo o fato de sua eleição por Deus. Essa eleição era ainda mais impressionante de contemplar quando Israel lembrava que Jeová não era nenhuma divindade tribal, nem um deus entre muitos, mas o Criador do céu e da terra. Moisés declarou: “Eis que os céus e os céus dos céus são do SENHOR teu Deus, a terra e tudo o que nela há” (Dt 10.14). Davi declarou a verdade que Deus é Senhor e dono de todas as coisas quando escreveu: “Do SENHOR é a terra e a sua plenitude, o mundo e aqueles que nele habitam” (Sl 24.1). De acordo com essas palavras, toda a terra pertence a Deus, incluindo todos os seus elementos e todos os povos que habitam nela.

Um termo importante da Escritura para designar a posse e o governo abrangente do mundo por Deus é o termo “domínio” (cf. Jó 25.2; Sl 103.22; 145.13; Dn 4.3, 34). Como Criador, Deus tem domínio sobre tudo – o mundo inteiro pertence a ele e está sob sua jurisdição e comando. Significativamente, a palavra “domínio” é usada por Deus para descrever o lugar e chamado do homem no mundo (Gn 1.16-28; Sl 8.6). É imperativo que a igreja moderna entenda o chamado de domínio para os homens e mulheres do pacto, e o propósito deste capítulo é dar uma breve introdução a esse chamado.

O homem, a imagem de Deus, e o domínio

Gênesis 1.26 é um dos versículos mais importantes em toda a Escritura referente ao ser e chamado do homem. Nesse versículo, o conselho divino com respeito à criação do homem é declarado: “Façamos o homem à nossa imagem, conforme a nossa semelhança; e domine sobre os peixes do mar, e sobre as aves dos céus, e sobre o gado, e sobre toda a terra, e sobre todo o réptil que se move sobre a terra”. Tem havido muita discussão no que se refere à definição precisa da imagem de Deus no homem, mas a concordância geral é que ela se refere ao fato que o homem será

comparável ao seu Criador em certos aspectos do seu ser e obra – o próprio Criador servirá como o padrão a partir do qual o homem agirá. Com respeito ao seu ser, o homem terá uma semelhança moral e espiritual a Deus (isto é, ele será um ser racional, uma pessoa autoconsciente, capaz de exercer uma vontade em escolhas morais; e um ser puro, não contaminado pelo pecado). Com respeito à sua obra, o homem, como Deus, possuirá autoridade e poder para governar a terra e suas criaturas (isto é, terá domínio). Esses dois aspectos – o ser e a obra do homem – encapsulam a imagem de Deus no homem. Os dois estão intimamente relacionados: o homem é capaz de exercer domínio na terra porque ele é um homem racional, autoconsciente e justo; e a responsabilidade de domínio fornece o âmbito para o exercício dos poderes morais e espirituais do homem.

É propósito de Deus que o homem sirva como seu representante na terra. Para cumprir adequadamente esse chamado, o homem foi criado à imagem de Deus. Deus capacitou o homem com as faculdades necessárias, a autoridade requerida e os materiais e criaturas requisitados para anunciar a glória de Deus e para conduzir sua vida sobre a terra.

A ordem de tomar domínio

Desde o princípio foi vontade de Deus que o homem tivesse domínio na terra. Esse domínio é parte da imagem de Deus no homem. A ordem de tomar domínio em Gênesis 1.28 é precedida pela concessão de domínio em Gênesis 1.26, “e domine...”. A palavra hebraica traduzida como “domínio” significa “subjugar”, “governar sobre”, ou “ter a maestria de”. Ela pode carregar também o significado de “possuir” ou “tomar posse de”. De acordo com o contexto de Gênesis 1, parece que as duas conotações da palavra são representadas aqui. Nessa concessão de domínio, Deus dá a terra e tudo o que nela há ao homem como sua possessão e também lhe dá a autoridade para governá-la. Por que o domínio de Deus deve permanecer absoluto, o domínio do homem é um de mordomia. A autoridade que o homem exerce sobre a terra foi delegada a ele por Deus, e os recursos que o homem possui são, em última instância, propriedades de Deus. O homem, como mordomo e representante de Deus, deve usar sua autoridade e posses para a glória do seu Senhor e Mestre.

A ordem de tomar domínio na terra é declarada em Gênesis 1.28. Aqui Deus ordena que o homem e a mulher “domin[em] sobre” a terra e todas as criaturas viventes. O mandamento reflete a concessão de domínio, mas revela o fato que o homem deve ativamente *tomar domínio*; isto é, sua obra é tomar posse de toda a terra e exercer um governo ativo da terra e suas criaturas. Os passos necessários para cumprir o mandato de domínio são declarados como: “Frutificai e multiplicai-vos, e

enchei a terra, e sujeitai-a...”. A obra de domínio requer que o homem seja frutífero (isto é, tenha muitos filhos)¹ e encha a terra com pessoas, e que o homem “suj[e]it” a terra. A palavra “suj[e]itai” indica que o homem deve trazer todo espaço e recursos da terra para debaixo do seu controle.

O mandamento de domínio instrui o homem a desenvolver todas as riquezas da terra, para que o pleno potencial da criação possa ser concretizado para a glória de Deus e o bem da humanidade. O mandato de domínio é abrangente, chamando o homem para governar o mundo inteiro, suas criaturas e todos os aspectos da vida, de acordo com a vontade e propósito de Deus. Davi declara isso dessa forma: “Fazes com que ele [o homem] tenha domínio sobre as obras das tuas mãos; tudo puseste debaixo de seus pés...” (Sl 8.6).

A corrupção do domínio

A queda do homem no pecado o transformou radicalmente. Ele permaneceu um ser racional, mas por que tinha estabelecido sua própria mente como o padrão da verdade, ele não mais pensaria os pensamentos de Deus, de modo que sua capacidade de raciocinar foi corrompida. Ele permaneceu uma pessoa autoconsciente, mas por que não deriva o conceito de sua personalidade do fato da sua criação à imagem de Deus, sua autoconsciência foi pervertida em egoísmo e autoengrandecimento. Ele reteve o poder de desejar, mas perdeu a capacidade de escolher a justiça, e se tornou escravo do pecado. Mas não somente seu ser foi corrompido, sua capacidade de domínio também. Os dons originais do homem o capacitavam a servir como representante de Deus e exercer domínio na terra, mas quando esses dons foram depravados por meio do pecado, o homem não mais poderia cumprir esse chamado. Mas sua *capacidade* de domínio não foi a única coisa que ele perdeu; ele perdeu sua *autoridade* também. Ao rejeitar o governo de Deus, o homem passou a estar debaixo do governo do pecado e de Satanás – ele se tornou um escravo, e escravos não exercem domínio. Somente um homem justo agindo na liberdade de obediência a Deus pode cumprir a ordem de tomar domínio.

Há uma concepção errônea disseminada que o homem não regenerado ainda pode cumprir o mandato de domínio. Essa perspectiva é baseada na visão que o chamado de domínio do homem é essencialmente restrito à esfera agrícola e tecnológica. Mas não é! O chamado de domínio é inerentemente *ético*, isto é, ele chama o homem a governar a terra e desenvolver seus recursos como *representantes*

¹ Para uma discussão desse aspecto da ordem de domínio como ele se aplica hoje, veja William O. Einwechter, “Children and the Dominion Mandate, Parts 1 and 2” *Chalcedon Report*, 400 e 401 (novembro e dezembro, 1998).

de Deus, para a honra e glória do seu Criador. O homem é encarregado com a tarefa de governar a terra de acordo com os padrões éticos da lei de Deus, conforme resumidos nos dois grandes mandamentos da lei: amor a Deus e ao próximo. O homem não regenerado não cumpre nenhuma de suas atividades por causa de amor a Deus, e quase nunca por causa de um amor verdadeiro pelos outros. Em certo grau, o homem não salvo ainda retém a imagem de Deus em sua pessoa e também um impulso para tomar domínio, mas seu foco é limitado ao fator tecnológico, e seu motivo é para a sua própria glória e poder. Como isso pode ser um cumprimento do mandato de domínio, quando um homem usa seus dons e recursos no contexto de rebelião contra Deus? A ordem de domínio é construir o reino de Deus sobre a terra! É verdade que, num sentido limitado e físico, o não regenerado pode contribuir procriativamente para o enchimento da terra e ajudar a sujeitar a terra tecnológica, agrícola ou cientificamente – Deus usa até a ira do homem para louvá-lo e servir aos seus propósitos. Essas contribuições do ímpio são partes da riqueza que é entesourada para o justo (cf. Pv. 13.22; Ec 2.26). Somente os justos podem cumprir o chamado de domínio, e esse é o porquê na Bíblia a ordem para tomar domínio não ser dirigida aos não regenerados.

A restauração do domínio

Após a Queda, na qual o homem perdeu sua capacidade e autoridade para o domínio, Deus, em misericórdia, interveio com sua promessa (Gn 3.15). A promessa que a semente da mulher esmagaria a cabeça da serpente forneceu esperança para o homem que o que ele tinha perdido seria restaurado um dia por intermédio de um dos seus descendentes. Essa promessa também forneceu a base objetiva para a fé do homem em Deus e na sua graça salvadora. Desde o princípio, a Escritura diferencia entre a linha escolhida da semente da mulher e a linha réproba da semente da serpente. A linha da semente da mulher origina-se no filho de Adão, Sete, continua em Noé e Sem, e leva a Abraão, o pai de todos os que creem. A promessa de Gênesis 3.15 é grandemente expandida nas promessas de Deus a Abraão e sua semente (Gn 12.2, 3; 17.4-8), e é revelado que, por meio de Abraão, todas as nações da terra serão abençoadas (Gn 12.3; 22.18; 26.4), e que sua semente terá domínio na terra (Gn 22.17). Essas promessas são asseguradas pelo pacto que Deus fez com Abraão (Gn 15). Portanto, o Antigo Testamento mostra que o pacto de Deus com Abraão seria o meio de restaurar a justiça e domínio ao homem caído.

O Novo Testamento ensina explicitamente que as promessas a Abraão foram cumpridas em Jesus Cristo (Gl 3.6-9, 16-18, 26-29). Ele é o segundo Adão que restaura o que o primeiro Adão perdeu (Rm 5.17-19; 1Co 15.22); ele é a semente da mulher que esmaga a cabeça da serpente (Ap 12.1-9); ele é o homem que restabelece o domínio

para a humanidade (Hb 2.6-8); ele é o Senhor que dá autoridade para governar todas as nações da terra (At 2.33-36; Ap 19.16). Em Cristo, os homens têm restaurada sua capacidade de exercer domínio (Ef 4.24), e sua autoridade de governar restabelecida (Ap 2.26,27). Cristo é o cabeça da nova humanidade (2Co 5.17) que trará as bênçãos do reino de Deus à terra, à medida que Cristo nos conduz no cumprimento do mandato original. Por meio de Cristo e sua semente, a tarefa de domínio será realizada quando, no tempo e na História, “a terra se encherá do conhecimento do SENHOR, como as águas cobrem o mar” (Is 11.9).

Os meios do domínio

Todavia, como a ordem de domínio é cumprida no mundo pós-Queda, onde ele não é simplesmente uma questão de sujeitar a terra, mas também de sujeitar o pecado e a rebelião contra Deus? A resposta é encontrada na Grande Comissão.² A Grande Comissão deveria ser entendida como uma nova declaração da ordem de domínio original para o mundo pós-Queda e pós-ressurreição de Cristo. A Grande Comissão, como registrada em Mateus 28.18-20, declara que os seguidores de Jesus têm a capacidade (“Eu estou convosco”, isto é, por meio do Espírito Santo que enviarei para vocês [cf. At 1.4-8]), e a autoridade (“É-me dado todo o poder no céu e na terra. Portanto ide...”) para sair como representantes de Deus para conquistar o pecado e sujeitar a terra para a glória de Deus. A Grande Comissão, como declarada nos evangelhos, recorda os mandamentos da obrigação de domínio original em Gênesis 1.28. Os seguidores de Jesus devem pregar o evangelho e ganhar convertidos (isto é, ser frutíferos e se multiplicar); eles devem ir a todas as nações (isto é, encher a terra); e devem discipular todas as nações em obediência aos mandamentos de Cristo (isto é, sujeitar a terra).

A Grande Comissão ensina que o propósito de Deus para o homem, como revelado no mandato de domínio, acontecerá à medida que a igreja de Jesus Cristo discipular as nações pregando o evangelho, batizando os conversos e ensinando-lhes a observar todo o conselho de Deus, como ele é revelado nas Escrituras do Antigo e Novo Testamento. Dessa forma, a Grande Comissão não é simplesmente uma questão de evangelismo e plantação de igrejas, mas objetiva a transformação de toda instituição e cada esfera da vida pela Palavra de Deus, e o desenvolvimento de uma cultura piedosa e que honre a Cristo em cada nação. O chamado aos cristãos é que desmorem as tolas imaginações dos homens, e tudo que se exalta contra o

² Para um estudo excelente da Grande Comissão, veja Kenneth L. Gentry, Jr., *The Greatness of the Great Commission* (Tyler, TX, 1990).

conhecimento de Deus, e levem todo pensamento em cada área da vida cativo em obediência a Cristo (2Co 10.5).

As ferramentas de domínio recebem identificação explícita na Escritura. O Antigo Testamento revela que a fé na Palavra de Deus (Gn 15.6) e a obediência à lei de Deus são os meios de vitória para seu povo pactual (Dt 4.1-8; 11.13-25; Js 1.5-9). O Novo Testamento ensina que as armas de guerra dadas ao exército pactual dos fiéis não são carnis, mas espirituais (2Co 10.3, 4). Paulo usa a figura do soldado romano e as armas dadas a ele por Roma para conquistar o mundo, a fim de identificar as armas espirituais que Deus deu aos cristãos para sujeitar a terra e a sua rebelião ao seu reino (Ef 6.11-18). João nos diz que os seguidores de Cristo vencem a Serpente e sua semente pelo poder do sangue redentor de Cristo, a Palavra de Deus que forma a base para o testemunho deles, e por meio de um compromisso até a morte, se necessário, pela causa de Cristo (Ap 12.11).

Para o homem redimido, a Escritura é a ferramenta essencial de domínio. A Bíblia é a revelação perfeita de Deus para ele (Sl 19.7-13), que o equipa para *todo* aspecto de sua obra de domínio (2Tm 3.15,16).

Conclusão

A Escritura diz, “do SENHOR é a terra e a sua plenitude, o mundo e aqueles que nele habitam” (Sl 24.1). Sua posse e autoridade são totais. Nada – nem mesmo o menor grão de areia; nenhuma criatura, homem ou besta; nenhuma instituição ou esfera da vida do homem – está fora do domínio de Deus. O homem, como a imagem de Deus, compartilha desse domínio num nível de criatura. Isto é, Deus deu ao homem a mordomia sobre a terra, para que a possua e a governe como seu representante e para a glória de Deus. Por meio do pecado, o homem perdeu sua capacidade para o domínio piedoso; mas Cristo, o Deus-Homem, o restaurou. Agora, em Cristo, o homem redimido sai para tomar domínio sobre cada parte da terra, cada recurso da terra, cada criatura, cada área da vida e cada instituição ordenada por Deus. A tarefa de domínio é necessariamente abrangente, pois a terra é do Senhor.

CAPÍTULO SEIS: O TRIUNFO DA IGREJA

Desde os seus primeiros dias, e por toda a História, a igreja tem enfrentado um mundo hostil, que deseja a sua destruição. Hoje, a igreja é confrontada com inimigos de todos os lados, e há perseguição de crentes em várias nações. No Ocidente, a igreja não é mais um agente respeitado ou dominante na sociedade; pelo contrário, ela é desprezada e ridicularizada. O mal cresce a cada dia e uma cosmovisão pagã aprisionou as mentes de jovens e velhos, à medida que a influência da cosmovisão cristã diminui. O Estadismo tem atraído as nações do mundo, e os homens têm rejeitado o verdadeiro Messias por um Estado messiânico; a salvação é vista em termos do poder do governo civil e da legislação, e não em termos do poder do sangue expiatório de Cristo. As leis de Deus foram trocadas pelas leis dos homens. O evangelho é pregado em muitas terras e há muitas “profissões” de fé, mas o evangelho que é pregado normalmente é destituído de um chamado ao arrependimento e submissão ao senhorio de Cristo. Na maioria das igrejas, o modelo de discipulado é aquele do pietismo, a teologia é arminiana e antropocêntrica, e a perspectiva sobre o futuro é pessimista. A igreja entrou no século 21 em *retrocesso*, praguejada por falsa doutrina, divisão e mundaneidade. Os lugares onde a igreja está exercendo uma influência cultural ampla são poucos, se é que há algum. Os inimigos de Deus estão rindo diante da queda da igreja em irrelevância e impotência.

Considerando esse triste estado de coisas, parece haver pouco espaço para otimismo para os seguidores de Jesus Cristo. Os dispensacionalistas nos dizem que estamos testemunhando o inevitável “fracasso do Cristianismo” e que a “era da igreja” terminará em apostasia e o triunfo do mal no mundo.¹ John Walvoord declara que nesta “era de graça... as coisas estão ficando cada vez pior. Haverá mais opressão, injustiça, perseguição e imoralidade com o passar dos anos”.² Em termos dos futuros prospectos da igreja antes do fim dessa era, os dispensacionalistas dizem que as coisas realmente ficarão piores do que já estão agora. Os dispensacionalistas ensinam que, na História e antes da Segunda Vinda, “o poder do reino” é negado à igreja, e, portanto, a igreja está “à mercê dos poderes deste mundo”.³ Por conseguinte, a igreja não sobrepulará os seus inimigos; antes, seus inimigos a perseguirão e quase

¹ Para uma discussão da visão dispensacionalista da “era da igreja” e seu pessimismo com respeito a ela, veja William O. Einwechter, “‘The Failure of Christianity’: The Dispensational View of the Church Age and Its Effect on Christian Political and Social Action,” *The Journal of Christian Reconstruction*, vol. xiv, no. 1 (Fall 1996), págs. 223-252.

² John F. Walvoord, “Why Must Christ Return?,” em *Prophecy in the Seventies*, org. Charles L. Feinberg (Chicago, 1971), pág. 43.

³ Robert L. Saucy, “The Presence of the Kingdom and the Life of the Church,” *Bibliotheca Sacra* 145 (January - March 1988), pág. 45.

esmagarão a igreja⁴ (apenas um pequeno remanescente será resgatado por Jesus no arrebatamento).

Mas os dispensacionalistas (e quaisquer outros que sustentem visões pessimistas sobre os prospectos da igreja nesta era) estão seriamente enganados. Sim, a igreja está num estado geral de fraqueza e declínio em nossos dias. Contudo, essa condição não persistirá; pois, de acordo com as Escrituras do Antigo e Novo Testamento, *a igreja de Jesus Cristo triunfará na História e antes da Segunda Vinda*. Uma breve análise de uns poucos textos selecionados confirma os gloriosos prospectos futuros da igreja *antes* do retorno do Senhor Jesus Cristo no fim da era.⁵

Predições de triunfo do Antigo Testamento

A importância do Antigo Testamento para entender o triunfo terreno da igreja é baseada no ensino do Novo Testamento que a igreja é o novo Israel, ou “o Israel de Deus” (Gl 6.16). O apóstolo Paulo afirma que os crentes em Jesus Cristo são a verdadeira semente de Abraão (Gl 3.16,17, 26-29), que os judeus e gentios eleitos são um corpo em Cristo (Ef 2.11 – 3.7), que as distinções pactuais do Antigo Testamento entre eles foram removidas na igreja (Ef 2.11 – 3.7), e que a igreja do Novo Testamento é a herdeira das promessas dadas a Israel (Ef 2.12, 19-22, 3.7). Por conseguinte, as promessas do novo pacto dadas a Israel são cumpridas na igreja (cp. Jr 31.31-34 com Mt 26.18; 2Co 3.6; Hb 8.7-13; 10.12-18). Jesus Cristo mesmo declarou que o reino de Deus seria tomado de Israel e entregue à Igreja (Mt 8.10-12; 21.19, 43; Lc 20.9-16). Além disso, como o novo Israel de Deus, a igreja é designada pela mesma terminologia que foi usada para Israel no Antigo Testamento (cf. 1Pe 2.9; Gl 3.29). Hoekema declara: “Não é abundantemente claro... que a igreja do Novo Testamento é agora o verdadeiro Israel, em quem e por meio de quem as promessas feitas ao Israel do Antigo Testamento estão sendo cumpridas?”.⁶ Portanto, os textos do Antigo Testamento que predizem o triunfo de Israel, Sião ou Judá devem ser aplicados à igreja, isto é, eles predizem o triunfo da igreja do Novo Testamento.

1. *Gênesis 22.17*. “... e tua descendência possuirá a porta dos seus inimigos”. Essa predição aparece na palavra de promessa do Senhor a Abraão, em resposta à sua fé e obediência ao estar disposto a seguir o mandamento do Senhor de sacrificar o seu único filho, Isaque. No contexto, essa profecia é uma parte do plano abrangente de

⁴ *Ibid.*

⁵ Para um estudo mais aprofundado do ensino bíblico sobre o triunfo da igreja nesta era, veja Kenneth L. Gentry, *He Shall Have Dominion* (Tyler, 1992); Kenneth L. Gentry, *The Greatness of the Great Commission* (Tyler, 1990); Rousas John Rushdoony, *O Plano de Deus para a Vitória* (Brasília, 2008); John J. Davis, *A Vitória do Reino de Cristo* (Brasília, 2009).

⁶ Anthony A. Hoekema, *The Bible and the Future* (Grand Rapids, 1979), pág. 198.

Deus para a descendência de Abraão: ela multiplicaria e seria tão numerosa quanto as estrelas do céu; a descendência de Abraão possuiria o portão dos seus inimigos; ela seria o meio de bênção a todas as nações da terra (Gn 22.17,18). Assim, três aspectos distintos do plano de Deus para a descendência de Abraão são declarados: crescimento fantástico, triunfo sobre os seus inimigos e bênção às nações por meio dela. Note cuidadosamente a predição de triunfo. Ela é tão importante e distinta como as outras duas predições.

A palavra hebraica para “possuir” (*yarash*) significa tomar, herdar, tomar posse, desapropriar ou ocupar. A palavra era comumente usada em referência à posse de Israel da terra de Canã ao conquistar os habitantes e ocupar sua terra (Dt 31.3). O objeto específico a ser possuído nessa predição é o *portão* dos seus inimigos. A palavra “portão” é cheia de significado no Antigo Testamento. O portão era importante para guerra, comércio e governo civil. Na guerra, se alguém penetrasse os portões de uma cidade, sua vitória era quase assegurada; o controle dos portões determinava o destino do conflito. No comércio, aqueles que controlavam os portões determinavam quem poderia e quem não poderia entrar na cidade para fazer negócio. No governo civil, o portão era o lugar onde os anciãos e governadores do povo se sentavam para estabelecer um tribunal e exercer outros aspectos do governo civil.

Portanto, “possuir o portão” de seu inimigo é conquistá-lo e tomar controle de sua cidade, comércio e governo civil. Assim, Gênesis 22.17 é uma predição poderosa do triunfo completo de Cristo e sua igreja (a descendência de Abraão) sobre todos os seus inimigos. Na perspectiva do Novo Testamento, isso promete à igreja domínio completo sobre os gentios e a posse de todas as nações da terra, isto é, todas as nações serão conquistadas pelo evangelho de Cristo e serão disciplinadas na fé cristã. Os crentes em Jesus Cristo desapropriarão os inimigos de Deus e controlarão o “portão” em todas as nações.

2. *Salmo 110*. Esse salmo messiânico é uma declaração do reino vitorioso de Cristo. Esse salmo de Davi prediz o triunfo completo do Cristo exaltado e do seu povo sobre os inimigos de Deus. O salmo contém 3 seções: a exaltação do Messias e do reino vitorioso prometido (v. 1); o domínio, o povo e o sacerdócio do Messias (v. 2-4); a guerra vitoriosa do Messias (v. 5-7). Cada seção enfatiza o poder de Cristo e sua conquista de todos os que se opõem ao seu reino a partir da destra do Pai. Esse salmo é crucial para entender o fato que o reino de Jesus Cristo triunfará na História *antes* do retorno de Cristo. O texto estabelece que Cristo não deixará seu lugar à destra do Pai no céu até que todos os seus inimigos sejam colocados debaixo dos seus pés (v. 1). Cristo foi exaltado à destra do Pai no tempo de sua ascensão (At 2.34,35; Hb 1.13), e não retornará até o tempo da ressurreição no último dia, quando o último inimigo, a morte, será destruído (1Co 15.20-28). Portanto, no “dia do teu [de Cristo] poder” (v.

3), quando Jesus sairá para governar e conquistar no meio dos seus inimigos, é o período interadvento. O reino de Jesus Cristo triunfará e todas as nações se submeterão ao seu reino durante essa era. O retorno de Cristo marca o fim de seu reino mediatório (1Co 15.24, 25), e as promessas de domínio dadas a Cristo nas Escrituras proféticas serão cumpridas *antes* da sua Segunda Vinda.

A igreja é especificamente identificada com Cristo e sua vitória no versículo 3. O texto diz: “O teu povo será mui voluntário no dia do teu poder; nos ornamentos de santidade, desde a madre da alva, tu tens o orvalho da tua mocidade”. Aqui aprendemos que Cristo não estará sozinho no conflito, mas que ele tem um exército de seguidores leais. Esse exército do Senhor é descrito como sendo vestido em roupas santas e como possuindo a força da mocidade. Durante o dia do seu poder (essa era presente), Cristo será servido por um exército de seguidores dispostos, que irão com ele para a batalha. A guerra vitoriosa do Messias e do seu povo é descrita em terminologia gráfica nos versículos 5-7. Em Apocalipse 19.11-21, o cumprimento do salmo 110 é apresentado a João numa visão de Jesus Cristo saindo para conquistar seus inimigos. Nessa visão, como no salmo 110.3, Cristo é seguido por um exército vestido de roupas santas (Ap 19.14, 19). Esse exército é a igreja. A igreja sai, sob Cristo o Rei, e um dia compartilhará de sua vitória sobre todos os inimigos de Deus.

3. *Isaías 2.2-4*. Essa profecia de Isaías também contém uma predição gloriosa do triunfo da igreja.⁷ A passagem começa: “E acontecerá nos últimos dias que se firmará o monte da casa do SENHOR no cume dos montes, e se elevará por cima dos outeiros; e concorrerão a ele todas as nações” (v. 2).⁸ O “monte da casa do SENHOR” é uma referência a Sião. No Antigo Testamento, Sião é frequentemente usado numa forma figurativa para se referir ao trono, reino ou povo de Deus. Isaías usa Sião num sentido não literal para se referir ao trono e reino de Jeová (8.18; 33.5, 20; 52.1,2; 24.23; 31.9). Ele também usa Sião para denotar o povo de Judá (10.24) e aqueles que são participantes da salvação do Senhor (12.6; 60.14), os quais, portanto, são o povo do pacto de Deus (51.16). Além disso, Hebreus 12.22 identifica “monte Sião” como a igreja de Jesus Cristo. Por conseguinte, podemos concluir que a profecia de Isaías concerne ao reino de Deus em geral, e a igreja de Jesus Cristo em particular. A declaração que o monte da casa do Senhor será exaltado sobre os montes e colinas indica o estabelecimento do domínio soberano do reino de Deus sobre todas as nações, e o triunfo de Cristo e sua igreja sobre todas as falsas religiões e idolatrias.

Além do mais, o texto diz que “todas as nações correrão” para Sião, a fim de aprenderem a lei de Deus, de modo que possam ser capacitados a andar nos

⁷ Para uma discussão detalhada de Isaías 2.2-4, veja William O. Einwechter, “The Latter-Day Triumph of Christ and His Kingdom,” *The Journal of Christian Reconstruction*.

⁸ Na NVI, lemos: “Nos últimos dias o monte do templo do Senhor será estabelecido como o principal; será elevado acima das colinas e todas as nações correrão para ele” (N. do T.).

“caminhos” de Deus. Esse é um retrato glorioso das nações vindo à igreja para aprenderem a palavra de Deus! Ele prediz a conversão das nações à fé cristã. Naquele dia, a igreja será o centro para a propagação fiel da verdade de Deus; pois “de Sião sairá a lei, e de Jerusalém a palavra do SENHOR” (v. 3). Por causa da conversão das nações à adoração e serviço de Jesus Cristo, as guerras cessarão na Terra (v. 4).⁹

Que essa profecia espera o triunfo da igreja é confirmado pela declaração de abertura, na qual lemos que a exaltação de Sião e a conversão das nações acontecerão “nos últimos dias”. Essa frase normalmente é usada no Antigo Testamento como um termo técnico para designar os dias do Messias e seu reino (Gn 49.1; Nm 24.14; Dn 2.28; Os 3.5; Mc 4.1-3). O Novo Testamento confirma esse uso e identifica explicitamente a era entre a Primeira e Segunda Vindas de Cristo como os “últimos dias” (cf. Hb 1.1,2; At 2.16,17; 2Tm 3.1; Tg 5.3; 1Jo 2.17; 2Pe 3.3,4). No Novo Testamento, os “últimos dias” não se referem aos dias diretamente anteriores à vinda de Cristo nem a um reino milenar futuro após Cristo retornar, *mas a todo o período interadvento*. Portanto, todos os detalhes de Isaías 2.2-4 devem ser cumpridos em e através da igreja do Novo Testamento nessa presente era.

Predições de triunfo do Novo Testamento

O Novo Testamento não somente estabelece que a igreja é o Israel de Deus e a herdeira das promessas do Antigo Testamento concernente à ascendência do povo do pacto de Deus sobre todos os seus inimigos. O Novo Testamento também prediz diretamente o triunfo da igreja. Além dos textos que apresentam em termos gerais a natureza invencível da igreja,¹⁰ há também o ensino explícito sobre a vitória do reino e do povo de Cristo.

1. *Mateus 28.18-20*. A Grande Comissão normalmente não é entendida como uma predição do sucesso da igreja em converter as nações, mas deveria. O plano da Grande Comissão é que a igreja discipline todas as nações. É vontade de Cristo que todos os povos e terras sejam levados a crer nele e se submetam à sua autoridade, por meio do ministério da igreja, capacitada pelo Espírito Santo. A igreja deve pregar o evangelho e discipular os conversos, para que a lei de Deus se torne a lei dos homens e nações. A vontade de Cristo será cumprida? Com absoluta certeza, pois toda a autoridade foi dada a ele no céu e na terra, de modo que ela pode conquistar seus inimigos e colocar todas as nações debaixo do seu governo (cf. Sl 2.8; 110.1-3)! Visto que Cristo tem toda autoridade nos céus e na terra, e a igreja sai em seu nome e com

⁹ “... uma nação não levantará espada contra outra nação, nem aprenderão mais a guerrear”.

¹⁰ Cf. Lucas 11.20-22; Colossenses 2.15; 1 Coríntios 15.20-28; Apocalipse 19.11-16; Mateus 16.18,19; Romanos 8.37; 16.20; 2 Coríntios 2.14; 10.3-5; 1 João 5.4.

seu poder, quem ou o que pode deter a igreja de cumprir sua tarefa? Cristo promete especificamente à igreja sua presença até o fim dos tempos, para que à igreja possa ser assegurada que ela pode e cumprirá sua missão divina. A Grande Comissão dá a perspectiva do Novo Testamento sobre como as promessas do Antigo Testamento da conversão das nações será cumprida: isso acontecerá à medida que a igreja sair no poder de Jesus Cristo para pregar o evangelho e discipular as nações na lei-palavra de Deus!

A Grande Comissão para a igreja não é a Grande Decepção para o Senhor Jesus Cristo (o que deveria ser, se a igreja *falhasse* em discipular as nações). Antes, a Grande Comissão é a declaração do Senhor soberano dos céus e da terra, quanto ao que ele pretende realizar através da sua igreja nesta era. A Grande Comissão é uma grande predição do triunfo da igreja por meio do poder do Cristo ressurreto.

2. *Mateus 13.31-43*. As parábolas do reino ensinadas por Jesus durante os dias do seu ministério terreno predizem o triunfo do reino de Cristo nesta era. As parábolas do fermento e da semente de mostarda indicam que o reino de Cristo terá um pequeno princípio, mas crescerá para abranger toda a terra e todas as nações. Observe que o crescimento é um processo contínuo, começando nos dias de Cristo e dos apóstolos e continuando até aquele ponto na História quando todas as nações ficarão debaixo do reino de Cristo. Após Cristo ascender ao céu, ele enviou sua Palavra e Espírito para a igreja, de modo que ela pudesse continuar a obra que ele tinha começado e ser sua agente para o cumprimento das parábolas do reino. A igreja, através do poder de Cristo, atua sem cessar por toda a História para fermentar o mundo com a verdade da Palavra de Deus. O resultado final do ministério da igreja é claramente revelado aqui – todas as nações serão convertidas e entrarão no reino de Deus em Cristo. Esse é o triunfo da igreja! A parábola do trigo e joio (Mt 13.24, 36-43) também é uma predição do sucesso mundial do reino de Cristo. Observe, primeiro, que o campo é o mundo e o campo pertence a Cristo. Segundo, considere que a “boa semente” (crentes) está em cada parte do campo, indicando convertidos a Cristo em todas as nações. Terceiro, entenda que, no fim dos tempos, o mundo não será um campo de joio com uns poucos trigos espalhados nele, mas um campo de trigo com alguns joios presentes! É verdade, a parábola ensina que nem todo indivíduo será convertido a Cristo; mas também ensina que cada nação será parte do campo de trigo, isto é, parte do reino de Cristo.

3. *Romanos 11.11-36*. Esse texto delineia o grande propósito de Deus concernente ao Israel ético e às nações durante a era do Novo Testamento. Primeiro, Israel permanecerá “endurecido em parte... até que a plenitude dos gentios haja entrado” (v. 25). Israel será endurecido na incredulidade (exceto um remanescente segundo a eleição [Rm 11.1-7]), até que a plenitude dos gentios se complete. A frase

“plenitude dos gentios” fala do tempo quando o evangelho terá convertido as nações à fé em Cristo (como predito no Antigo Testamento e por Cristo). Segundo, Israel será provocado ao ciúme pela conversão das nações, e então haverá uma conversão em massa entre os judeus e “todo o Israel será salvo” (vs. 26, 27). Os judeus serão convertidos e incorporados à igreja. Terceiro, o resultado da conversão de Israel será “a reconciliação do mundo” e a “vida dentre os mortos” (v. 15). Essas duas frases falam do futuro glorioso para o mundo, à medida que as nações do mundo (incluindo Israel) chegam à fé em Jesus Cristo. Naquele tempo na História, o mundo experimentará verdadeiramente “vida dentre os mortos” e as grandes profecias do Antigo Testamento de bênção mundial por meio de Cristo e sua igreja (p.ex.: Is 2.2-4) serão cumpridas!

Conclusão

O testemunho da Palavra de Deus é claro com respeito ao triunfo futuro do Senhor Jesus Cristo e da sua igreja. É difícil crer, às vezes, que tal futuro glorioso aguarda a igreja. Em nossos dias, a igreja é assaltada por problemas de todos os lados e está num estado de declínio e recuo. Muitos ensinam que os melhores dias da igreja estão no passado, e que tudo o que podemos esperar é o aumento do mal e o triunfo da impiedade com o passar dos anos. Mas não creia numa única palavra disso! A Escritura declara que os melhores dias para a igreja residem no futuro; de fato, um futuro muito glorioso aguarda os seguidores de Cristo! Alguns têm desistido, e olham para Cristo somente para resgatá-los da confusão presente (e fracasso da igreja) pelo arrebatamento. Mas não seja como eles. Sirva fielmente ao Senhor Jesus Cristo, pois a vitória é nossa por meio daquele que nos ama. A igreja triunfará em seu nome sobre todos os inimigos da verdade e justiça. Cristo está trabalhando por sua igreja nesse exato momento, lançando o fundamento para um grande ressurgimento da Fé. Sabemos isso não por vista, mas *por fé* na Palavra de Deus, que proclama o triunfo da igreja no mundo e na História.

SOBRE O AUTOR

William O. Einwechter é presbítero docente na *Immanuel Free Reformed Church* em Ephrata, Pensilvânia, editor do periódico *The Christian Statesman* e vice-presidente do *National Reform Association*. É o autor dos livros *Ethics and God's Law*, *English Bible Translations*, e o editor do livro *Explicitly Christian Politics*. Seus escritos têm aparecido no *Chalcedon Report*, *Journal of Christian Reconstrucion*, *Patriarch* e *The Christian Statesman*. William obteve seu grau de Doutor em Teologia (Th.M.) no *Capital Bible Seminary* em Lanham, Maryland. Ele e sua esposa Linda moram com seus 10 filhos perto de Ephrata, Pensilvânia.